



Anais da Assembléia

Nº 140

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 206ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 1975 (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Luiz Carlos Zuk.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valtér Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Accioly Neto, Adalberto Daros, Francisco Escorsin, Deni Schwartz e Muggiati Filho (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

– de autoria do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 147/75, referente à Mensagem Governamental nº 90/75.

– de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, solicitando inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 187/74.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. VICENTE ITALO FEOLA, 1º Técnico do Futebol Brasileiro que conquistou pela primeira vez para o Brasil, a Copa do Mundo em gramados da Suécia, grande incentivador do Esporte, em São Paulo, que mais tarde viria também contribuir com o Escrete Canarinho do Brasil.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao Meritíssimo Sr. Juiz Heraldo Vidal Correia, da 2ª Vara da Justiça Federal.

Em decisão cabível com relação à transação comercial entre o INPS e várias empresas particulares, o Senhor Juiz Heraldo Vidal Correia, houve por bem anular esta negociata, prendendo-se aos fatos que tornaram ilícitas esta transação, mostrando com isto coerência em relação ao bem comum do povo brasileiro, enfim, esclarecendo quem enganou quem, em prejuízo dos mais necessitados.

Outrossim, requer, que se dê conhecimento deste ao Meritíssimo Senhor Juiz.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer se consigne na ata dos trabalhos desta sessão voto de louvor pelo transcurso do “Dia Nacional do Técnico Radiologia Médica” a 8 de novembro de 1975.

Outrossim, requer mais, da decisão da Casa dê-se ciência à Associação Paranaense dos Técnicos em Radiologia.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1975.

a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, cumpridas as disposições regimentais, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Deputado Federal Walber Guimarães, dando integral apoio à iniciativa daquele parlamentar de nosso Estado, apresentando projeto visando a regulamentação para dentistas práticos em todo o território nacional.

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Walber Guimarães, apresentou projeto na Câmara Federal dispondo sobre a habilitação de dentistas práticos para o exercício de odontologia em todo o território nacional.

Segundo o artigo primeiro do projeto, os dentistas práticos e os formados por escolas livres, que não tenham legalizado sua situação profissional até a data da promulgação da lei, estarão habilitados para o exercício da odontologia desde que comprovem haver trabalhado na profissão ininterruptamente durante pelo menos dez (10) anos anteriormente a 24 de agosto de 1966.

Esclarece, o Deputado, no artigo segundo do projeto, que, os dentistas habilitados em conformidade com o disposto no artigo primeiro não poderão realizar cirurgias, exceto exodontia gengivo-dentária, prescrever ou ministrar medicamentos de uso interno, e prescrever ou ministrar anestesia, exceto local. Os dentistas habilitados nas condições do artigo primeiro terão direito à inscrever-se no Conselho Regional de Odontologia competente, incumbindo ao órgão de fazer consignar, de modo expresso, em documento hábil, as vedações referidas no artigo an-

terior, e o que dispõe o artigo terceiro do projeto, que acrescenta em seu parágrafo único que o documento de que trata este artigo será fixado em local visível do consultório ou onde se der o atendimento público.

Justificou o parlamentar que a sua proposição tem a finalidade de corrigir a injustiça praticada contra os dentistas práticos, que a partir de 24 de agosto de 1966, data da lei 5081, passaram a ser verdadeiros párias dentro da sociedade brasileira. A situação desses profissionais é das mais dramáticas, até hoje não eficazmente resolvida, senão permanentemente postergada em razão de comportamento de insensibilidade e até mesmo de odiosa discriminação. O Brasil inteiro conhece o problema do dentista prático e se chega a ser desimportante, quase despercebido nos grandes centros urbanos, as pequenas cidades que antes contavam com aqueles práticos e atualmente, simplesmente não dispõem de dentistas para atendimento às respectivas populações, é que realmente sofrem as consequências da vedação profissional imposta aos mesmos..

Desde que aprovada, a medida, vai regulamentar a profissão do dentista prático em todo o território nacional e assim permitirá que as longínquas localidades brasileiras tenham o seu dentista, ainda que com atuação profissional limitada. Pelo alcance social da medida, além das enumeradas pelo ilustre Deputado Federal Walber Guimarães, vale acrescentar que, ainda a grande maioria dos dentistas práticos do Brasil, e dos quais um grande número exercem sua profissão no Paraná, a 15 ou 20 anos, e a proibição do exercício profissional causam transtornos em suas vidas, impossibilitando-os até de ganharem o suficiente para a sobrevivência e o sustento da família. Das mais justas a iniciativa por isso o apoio.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do plenário, seja enviada uma solicitação de providências, ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura, referente à vacinação obrigatória do rebanho "vacum" paranaense contra a febre aftosa.

Falar dos males desta doença que atinge o nosso gado, em larga escala e dos benefícios advindos da vacinação, seria recair na redundância, Sr. Presidente. Acontece que desconhecemos a razão que o tipo de vacina compulsória, aplicada pelos técnicos da S.A., às vezes vem causando mais males do que a própria doença, tornando a "emenda pior que o soneto".

Muitos dos criadores que tiveram seu gado vacinado pela Secretaria de Agricultura, através de seu órgão competente, viram diversos animais perecerem pela reação à mesma, alguns perdendo mais de 1/3 de sua criação.

Aos que passaram por esta experiência e que devido a mesma, não mais permitiram a vacinação de seus rebanhos, vieram a ser multados pela S.A., conforme cópia fotostática que está anexa a este requerimento.

Seria um absurdo pretendermos a abolição da vacina contra a febre aftosa. Apenas visa este requerimento recomendar à Secretaria de Agricultura, que estude uma fórmula mais capaz para o problema, seja através de um novo tipo de vacinação ou qualquer outra medida.

Também apelamos ao Sr. Secretário da referida Pasta, no sentido de que indulte aos criadores que foram multados pela citada infração, já que se assim agiram, o fizeram em decorrência da má vacina que seus rebanhos receberam, como o caso do pecuarista em teia, cuja multa anexamos a este requerimento,

que pela ação da vacina anti-aftosa recebida pelo seu gado, perdeu 6 cabeças.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados signatários, no uso de suas atribuições, requerem na forma facultada pelo art. 7º da Resolução 17/67, que deu nova redação ao Capítulo IV do Regimento Interno, a apreciação em plenário das emendas número 04 e 05, oferecidas ao Projeto de Lei 132/75 - Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1976.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1975.

aa) Ivo Thomazoni, Rosário Pitelli, Fabiano Braga Cortes, Egon Pudell, Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulin, Francisco Escorsin, Jorge Sato, Jurandir Messias, Dácio Leonel, Gabriel Sampaio, Wilson Fortes, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, Gabriel Manoel, Quielse Crisóstomo, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Basílio Zanusso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Através da presente comunico a V. Exa. que, em face de requerimento aprovado por esta Casa, a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, apresenta o nome do Deputado ENÉAS FARIA, para integrar a Comissão que representará esta Casa no Encontro Nacional de Integração de Vereadores, a realizar-se em Manaus, a partir do dia 9 do corrente.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a transcrição nos Anais desta Assembléia, da publicação "Carta a Osvaldo Aranha", editada pela revista Manchete número 1228, de 8 de novembro de 1975.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1975.

a) ENÉAS FARIA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem solicitam os bons ofícios de V. Exa. no sentido de determinar a instalação de um "Telefone Direto" na sala de Datilografia ao lado do plenário.

O referido telefone é sumamente necessário ao uso diário dos Srs. Deputados, uma vez que o já instalado não faz ligação externa nem através do P.A.B.X.

Certos da acolhida que V. Exa. dispensará à solicitação, os signatários antecipam seus agradecimentos.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

aa) Ivo Thomazoni, Alfredo Gulin, Enéas Faria, Rosário Pitelli, Ezequias Losso, Gabriel Sampaio, Edilson Alencar, Lineu Turra, Dácio Leonel, Ernesto Gnoato, Otássio Pereira, Werner Wanderer, Domício Scaramella, Fidelcino Tolentino, Trajano Bastos, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, Antonio Facci, Lúcio Machado, Jayme Rodrigues Carvalho, Francisco Escorsin, Ernesto Dal'Oglio, Aguinaldo Pereira Lima.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve

requer com a aprovação do plenário, o envio de expedientes ao Governador do Estado, Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança e ao Comando da Polícia Militar do Paraná, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de determinar "OFICIALMENTE" as causas da morte do trabalhador braçal JOSÉ PAULO, ocorrida entre os dias 22 a 24 de outubro do corrente ano no distrito de CORUMBATAÍ, no município de Barbosa Ferraz, bem como exigir que seja o episódio inquirido e julgado dentro da suprema manifestação da Lei.

O presente requerimento é amplamente justificado. Este parlamentar esteve pessoalmente na localidade de Corumbataí, nos dias 25 e 26 de outubro passado e a vítima já havia sido sepultada e o caso "encerrado" pela Delegacia de Polícia de Barbosa Ferraz.

Ocorre que segundo informações generalizadas em todo o município e conforme declarações que este Deputado recebeu de dezenas de moradores do Distrito de Corumbataí, o desaparecido JOSÉ PAULO, foi barbaramente assassinado pelo indivíduo conhecido como PLÍNIO, guarda urbano que pertence ao destacamento policial do lugar. De acordo com as informações a vítima foi assassinada por espancamento ocorrido dentro da cadeia, porque não podia pagar Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) que devia referente a dois meses de aluguel da casa onde morava. Consta ainda que a vítima estava incapacitada temporariamente para o trabalho porque tinha ferimentos em um dos pés.

Este Deputado pode ainda constatar a revolta que existe na População de Barbosa Ferraz pelos desmandos que ocorrem na Delegacia de Polícia daquele Município, bem como, constatou que o Distrito de Corumbataí está com sua população aterrorizada diante dos barbarismos que tem cometido aquela sub-delegacia diante da passividade das Autoridades Maiores.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Um dos mais bárbaros crimes já cometidos neste Estado, ocorreu no final do mês passado na localidade de Corumbataí, comunidade progressista e ordeira, pertencente ao município de Barbosa Ferraz. Não haveria repercussão mais acentuada, se a tragédia não houvesse sido patrocinada mais uma vez pelo desmando policial, tão debatido nesta Assembléia, mas, ao que parece, não tem encontrado acolhida junto ao Governo do Estado e seus órgãos.

PLÍNIO é o nome do carniceiro. Guarda Plínio, para ser mais exato. Não conseguimos descobrir o nome completo desse periculoso bandido, homicida disfarçado de policial. Indagamos angustiadamente às dezenas de moradores de Corumbataí, mas a cidade, já violentada por tantos crimes à Comunidade não soube, e que segundo o povo daquele lugar, ficaram impunes, mas que não foram esquecidos por aquela gente, agora, aterrorizada pelo desfecho do mais trágico e cruel de todos; escondeu, ameaçada, o sobrenome do indivíduo.

JOSÉ PAULO, a vítima. E quem sabe, mártir que haverá de, com sua própria vida acordar as consciências maiores do sistema de Segurança Policial deste Estado, para promover de uma vez por todas um saneamento geral na maior vergonha que se processa no Paraná, definida nas atividades de UM GRANDE NÚMERO de delegacias e sub-delegacias de polícia, de distritos e postos policiais espalhados pelo território paranaense.

JOSÉ PAULO, 42 anos de idade, morando num barraco construído com troncos de palmito e coberto por "tabuinhas", estava com 2 (dois) meses de aluguel em atraso. Apenas Cr\$... 80,00 (oitenta cruzeiros). Segundo o que informou o vizinho de "parede-e-meia", JOSÉ PAULO era um homem trabalhador, ganhando a vida furando poços d'água, em cuja atividade era ajudado pela esposa Dona Maria. "Tomava suas pingas de vez em quando, mas era bastante trabalhador", disse o seu vizinho mais

próximo, que ainda aduziu: "Ele estava com o aluguel atrasado, porque tinha um profundo corte no pé que o impedia para o trabalho, mas mesmo assim, sem piedade, o Guarda Plínio invadiu sua casa e, aos bofetões e arrastando-o, levou JOSÉ PAULO para a cadeia". Concluiu o vizinho e afirmando: "tudo sob o pretexto de cobrar o aluguel em atraso".

Durante toda noite JOSÉ PAULO foi espancado pelo agente da Lei. Na ânsia voraz de exteriorizar toda sua maldade e embrutecimento, o policial assassinou JOSÉ PAULO, pela manhã do dia seguinte ao da prisão, solicitou em nome da delegacia um jipe de "aluguel" e despejou José Paulo em seu lar.

Além da esposa, José Paulo deixou Aparecida e Vilma com cinco e seis anos de idade, respectivamente. Apesar de adotiva, Aparecida sentiu como Vilma o desaparecimento do pai. Não compreendem ainda a atrocidade cometida, mas haverão, quando adultas, de condenarem toda uma elite policial, por culpa de um elemento desonesto e bárbaro.

Mas será apenas do guarda Plínio a culpa? - Evidentemente que não. Ela pertence também ao Comandante do destacamento policial de Corumbataí, que "implorou" à imprensa que lá esteve, não divulgar o ocorrido. Pertence mais ainda ao Sr. EIJI IASSAKA, delegado de polícia de Barbosa Ferraz, mantido no cargo há quase 13 anos por exigência do Prefeito ARNALDO CONEGLIAN. É público e notório em Barbosa Ferraz que o Delegado EIJI IASSAKA que agora parece que vai ser TRANSFERIDO para a Delegacia de Mandaguari, jamais conduziu aquela delegacia com responsabilidade e decência.

Ex-capitão de polícia, agora Bacharel, o Sr. EIJI IASSAKA esteve sempre viajando nestes quase 13 anos, permitindo com sua irresponsabilidade, que se cometesse em sua Delegacia: agressões, ameaças e extorsões. A grande maioria delas, ou quase todas, foram acobertadas pela desonestidade de maléficos policiais, na mais torpe manifestação de injustiça e desmando. Uma delas está definida na petição, cuja cópia anexamos assinada pelo advogado Dr. Valfrido Tokarski, encaminhada ao Sr. Delegado Sub-Divisional de Polícia da Delegacia de Campo Mourão, denunciando a cobrança de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros) como taxa de cédula de identidade por parte da Delegacia de Polícia de Barbosa Ferraz. Isto, ainda em outubro de 1974, aplicadas a correção monetária e outros acréscimos, a importância se amplia e assusta.

Como pode o Sr. Arnaldo Coneglian, autoridade máxima do município de Barbosa Ferraz, permitir tamanhas irresponsabilidades no setor policial de sua comunidade, quando devia por Lei, por atribuições e por sentimentos nobres, zelar pela tranquilidade e segurança dos seus munícipes?

O "carniceiro" guarda Plínio começou prestando serviços na sede do município. Depois de espancar à vontade até revoltar a população não o Prefeito, o Delegado Eiji Iassaka, em vez de processar o cidadão e solicitar o seu afastamento da corporação simplesmente realizou sua transferência para o distrito de Corumbataí, onde o bandido passou a agir com mais entusiasmo e maldade. E agora o próprio Delegado deverá ser transferido para Mandaguari.

Basta de transferências. Esta atitude cômoda tem que ser exterminada. É preciso que a Secretaria de Segurança e o Comando da Polícia Militar do Paraná expulsem esses elementos nocivos das gloriosas fileiras da Polícia Militar. É preciso jogar esses monstros na cadeia. O povo do Paraná e a própria decência administrativa não pode mais suportar meias-medidas. É vital impedir que a manifestação sublime da Segurança e da Justiça seja exercida por marginais.

BARBOSA FERRAZ aguarda a decisiva e efetiva atuação dos órgãos superiores de Segurança e Justiça do Paraná. Caso contrário estará patenteada a mais incrível e inaceitável COMPARSIDADE criminoso do País.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à tribuna para apresentar um requerimento, para que fique inserido nos Anais desta Casa, endereçado à EMBRATEL e TELEPAR, nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário.

Requer seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo e congratulações à EMBRATEL e à TELEPAR, pela implantação do sistema telefônico em DDI (Discagem Direta Internacional), já a partir do próximo dia 10 do corrente.

Segundo noticiário de hoje na imprensa, as duas primeiras cidades do Brasil que contarão com tais serviços serão o Rio de Janeiro e Curitiba, as únicas cujas empresas estaduais estão aparelhadas para usufruição imediata dos benefícios da Discagem Direta Internacional. Como motivo de orgulho, satisfação e enaltecimento à TELEPAR, Curitiba será a única Capital a poder oferecer de imediato, a todos os assinantes, integralmente, o sistema telefônico de DDI, sem qualquer interferência da telefonista e em quinze segundos para qualquer cidade dos Estados Unidos, Canadá, Havai, Porto Rico, Bermudas, Ilhas Virgens, Bahamas e Alasca, já a partir do próximo dia 10.

Diante de tão importante e significativa conquista, testemunhadora do gigantesco trabalho desenvolvido pela TELEPAR, no setor de comunicações do Estado, justa é a manifestação requerida, particularmente no que diz respeito à empresa paranaense é sumamente louvável o incessante esforço da EMBRATEL, no sentido de dotar o Brasil de invejáveis condições de comunicabilidade com o mundo inteiro.

Requer outrossim, uma vez aprovada a presente proposição dê-se ciência da decisão da Casa ao Exmo. Sr. Dr. Haroldo Correa de Mattos, Presidente da EMBRATEL e ao Dr. Renato Antonio Johnsson, Presidente da TELEPAR.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1975”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveitando os poucos minutos que nos restam no Pequeno Expediente, queria, não que minha palavra fosse a última, nesta celeuma causada pelo bacilo de Koch na Penitenciária, mas porque está inserido em todos os jornais, como matéria paga, pela Secretaria de Justiça, onde diz que, “para evitar que no futuro, ocorram denúncias gratuitas”, quer dizer, nos chamando de irresponsáveis. E queremos refutar tais acusações, inclusive, pretendemos fazer, na próxima semana, uma indagação se os presidiários são atendidos por enfermeiros diplomados ou por presidiários improvisados em enfermeiros.

Em função das notícias controvertidas do Sr. Diretor do Presídio que dizia que haviam 16 casos de portadores de bacilo de Koch, e hoje, notícia que existem apenas 13, então onde se encontram esses outros três? Quem sabe sejam 10, 8?

Mas porque nos taxaram de irresponsáveis e de proferir notícias inverfificas, infundadas, voltaremos à esta tribuna para indagar do Dr. Edson Ferreira dos Santos, Diretor dos Estabelecimentos Penais, voltaremos aqui para fazermos a indagação se os presidiários são atendidos por enfermeiros formados ou por presidiários improvisados de enfermeiros. E mais ainda, se existe médico de plantão para atender os casos mais graves que possam ocorrer.

E para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos lançar nosso mais veemente protesto, nossa mais profunda insatisfação pelo fato do Paraná ter sido preterido e injustiçado mais uma vez, e sobretudo esquecido pelas autoridades competentes,

no que diz respeito à Presidência do Tribunal do Trabalho. Foi feita, em São Paulo, uma lista tríplice, onde constam três nomes, mas nenhum deles saíram do Paraná, de famílias tradicionalmente paranaenses, como é o caso do Prof. Leonardo Abagge.

Nós nos insurgimos contra essa atitude, corroborando com matéria ontem publicada no jornal “Diário do Paraná”, quando, disse: “Paraná fora da Presidência do Tribunal do Trabalho”

Juntamente conosco, hoje, na Câmara dos Vereadores, o Vereador Amadeo de Mio Gears fará importante pronunciamento neste sentido, também protestando contra essa omissão dolosa, que não nos surpreende. Porque o Paraná tem sido um Estado esquecido, muito embora seja o Estado que mais contribui para a Federação.

Inclusive, há dias pasados, fizemos um estudo, nesta Casa, protestando contra a falta de pavimentação asfáltica em nosso Estado, comparativamente com os demais Estados.

Mas não é só nesse setor que o Paraná está sendo preterido, mas em diversos setores.

Voltaremos à tribuna para, num requerimento, dizermos sobre o assunto que ora iniciamos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “A liderança da ARENA, entre missões espinhosas, algumas vezes tem oportunidade de assumir a tribuna para traduzir a alegria de seus liderados. Hoje é um destes dias marcos da Pátria Brasileira. A longa e espinhosa trajetória da Previdência Social encerra em data de hoje um capítulo glorioso

O Presidente Geisel sanciona a lei em prol do proprietário agrícola que até o presente não tinha sua situação definida. A alegria e até euforia da liderança justifica-se plenamente, não só pela importância em si da Lei, mas pelas conotações que representa e pelas circunstâncias em que ela é sancionada.

A importância em si é evidente para a Nação e para o nosso Estado em particular. Para a Nação não é o significado que se empresta à meta homem. Para o Paraná, considerado estado celeiro da Nação e agrícola em consequência, a sanção desta lei tem um aspecto todo peculiar. O Paraná é um Estado de minifúndio, com proprietários e seus familiares lavrando o campo. Eles não tinham amparo previdenciário. Agora um terço é beneficiado. Mais de 2 milhões e meio de paranaenses recebem os benefícios de saúde, amparo à velhice, cuidados para a invalidez e bem estar em caso de morte para os sucessores. Se outras unidades da Federação devem festejar mais este advento da previdência, o Paraná deve-se ufanar de que grande parte de sua gente foi contemplada pelo Governo da Revolução.

As objurgatórias de alguns parlamentares brasileiros que não representam os ideais de seus eleitores, o Presidente Geisel responde com um prestigiamto ao Congresso. A Lei que hoje se torna realidade pela chancela presidencial, teve origem no Congresso Nacional. Grande foi a iniciativa da proposição, grande mostrou-se o Senado e Câmara dos Deputados, igualmente, por terem olhado a classe que ainda estava desprovida de amparo. Merecem aplausos os nossos representantes federais. De ampla visão e dentro do espírito de justiça, o Governo Federal acolheu a lei. Nesta oportunidade cabe à Liderança da ARENA ressaltar a magnanimidade do gesto. O Congresso num momento que se qualifica de difícil resolve por uma parcela diminuta de seus membros atirar pedras e o Presidente Geisel retribui com flores. Belo gesto, compatível apenas com a visão e com a índole dos grandes estadistas.

Esta conotação deve ser ressaltada porque a julgo das mais importantes e traduz a idéia de não acirrar mais os ânimos, mas sim converter em mais um passo para uma distensão. Talvez não aquela distensão preconizada há tempos atrás, mas a do momento que andou bastante abalada.

Não cabe à liderança estudar o alcance em seus mínimos detalhes, este é privativo dos técnicos. Ressaltar a circunstância em que é outorgado sim. As circunstâncias, além das políticas, já mencionadas ressaltam ainda o da situação mundial. O alimento é o próximo drama do capítulo da História da Humanidade neste fim do século XX. Ali está a FAO com seus prognósticos pouco lisonjeiros; ali estão os cientistas pouco otimistas; aqui está a realidade de 2/3 da humanidade sub-nutrida ou faminta; aqui está a preocupação com os insumos e fertilizantes. Esta é a conjuntura.

Exatamente neste instante em que mais se preocupam todos com o secundário, o Presidente Geisel volve seus olhos ao homem que produz os alimentos, proprietário agrícola. Sem demagogia, tão frequente em tempos idos quando se fazia pequenas concessões, como um simples aumento salarial, sem aparato publicitário e com a humildade de acolher idéia dos representantes do povo, o Governo Federal cumula o minifundiário e o médio com benefícios semelhantes aos que possuem as demais classes trabalhadoras.

É um capítulo que marcará época ao lado de outros emanados da Revolução, como o FUNRURAL, a aposentadoria à velhice, o Proagro, o amparo ao trabalhador rural.

Embasado nestes argumentos, julgando a medida das mais acertadas, a bancada da ARENA nesta Assembléia, propõe à consideração dos Srs. Deputados o seguinte requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

Os signatários do presente, respaldados no regimento interno, e com o apoio do plenário requerem a inserção em ata dos trabalhos desta Casa um voto de aplausos ao Presidente da República, General Ernesto Geisel, pela sanção da Lei que regulamenta a Previdência Social em prol do proprietário agrícola. A sanção representa uma valorização do Congresso Nacional, onde a mencionada lei teve origem, bem assim alcança uma classe que até o presente estava carente dos benefícios previdenciários, bem como simboliza a preocupação com a meta homem.

Requerem, outrossim, que da deliberação desta Casa seja enviado Telex ao Sr. Presidente da República, comunicando a manifestação desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1975.

aa) Ivo Thomazoni, Leopoldo Jacomel, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Jorge Sato, Fuad Nacli, Luiz Alberto Oliveira, Jurandir Messias, David Federmann, Aguinaldo Pereira Lima, Wener Wanderer”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, quarto orador inscrito.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente quero cumprimentar o nobre Deputado Nelson Buffara, pelo pronunciamento que fez há pouco, desta tribuna, sobre o assunto que foi divulgado pela imprensa com relação ao nosso Estado do Paraná, que está fora da presidência do Tribunal do Trabalho.

O Deputado Nelson Buffara bem explanou e justificou a nossa repulsa, digamos assim, com respeito a este problema de tanto significado para nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, venho a tribuna na tarde de hoje, para trazer ao conhecimento da Casa, já um assunto também divulgado, Governador Jayme Canet Junior, na abertura do 10º Encontro Nacional das Finanças, com relação à aplicação dos incentivos no nosso Estado, nosso Estado já sofrido com as geadas e chuvas. Este pronunciamento que irei expor aos Srs. Deputados, é de grande significado para o nosso desenvolvimento e para a nossa economia.

Nessa abertura do 10º Encontro Nacional das Finanças, em Foz do Iguaçu, Sua Excelência o Sr. Governador do Estado

Jayme Canet Junior, foi explícito ao afirmar que, “sustentamos a tese de que a manutenção das poupanças dos paranaenses, em território do Paraná, será benéfico não só para o Estado e a União, como para o próprio sistema financeiro, aliás, pensamento lúcido e fundamentalmente correto, pois é uma velha aspiração, de aplicar no território do nosso Estado, as poupanças aqui realizadas.

Note-se que, desde há muito se cogita na utilidade de aplicar dentro das fronteiras do nosso Estado, pois no caso de aplicação em outras áreas geográficas do País lograva-se o incentivo à poupança, porém produzia-se uma descapitalização inevitável. Ora, semelhante filosofia é inteiramente justificável e válida, uma vez que, redundando na criação de condições indispensáveis em prol de nova etapa da economia estadual. Além disso, o resultado implica numa expansão do mercado, garantindo a velocidade permanente de crescimento, com o processamento de novas poupanças e a efetivação de novas captações.

Devemos reconhecer o fato que o nosso Estado apresentou elevados índices de crescimento nos últimos tempos para o desenvolvimento nacional. Isto já foi demonstrado pelo aumento do setor primário paranaense, pela consolidação das indústrias de transformação e, também, pela expansão industrial em geral. Ademais, o nosso Estado destacou-se sobremaneira no âmbito nacional, por ter sido um dos maiores financiadores do parque industrial brasileiro, em passado não muito distante, mediante a sua excelente produção cafeeira.

Assim sendo, aplicar no nosso Estado não significa que estamos adotando uma linha mestra regionalista. A existência de outras opções e incentivos fiscais, estimulando atividades específicas como o turismo, reflorestamento e a pesca, criaram caminhos para que fosse reduzido o índice da descapitalização. Por este modo, os empresários possuíam opções nos limites do próprio Paraná para proceder a aplicação de seus incentivos, o que resultou, indiscutivelmente, numa introdução de recursos, revigorando as nossas áreas básicas e produtivas.

É fato público e notório que o processo de poupança e formação de capital desempenha presentemente um papel importante, pois as financeiras se desincumbem da tarefa como dinâmicos promotores da democratização do consumo, o que quer dizer conduzir a comunidade nacional a uma etapa avançada de seu desenvolvimento.

Senhor Presidente. Senhores Deputados:

Numa hora tão importante para o progresso econômico do nosso Estado, a necessidade de aplicar internamente a poupança torna-se fundamental para o destino do Paraná. Como é óbvio a Terra dos Pinheirais foi recentemente atingida por violentos fenômenos climáticos que geraram danos dos mais lamentáveis e tristes. Mas, a fórmula aí está. Os mecanismos de crédito, financiamento e investimentos estão agindo como verdadeira força motriz para revigorar a poupança e tornar próspera a nossa economia.

Simultaneamente com a versatilidade frutífera da riqueza, apareceu uma opção de poupança deveras útil no âmbito comunitário. Ciente de semelhante conquista, o nosso Estado nutre uma fé profunda de que o esforço da captação levada a cabo dentro de seus limites territoriais produza os fins almejados num futuro próximo e, assim, solidificando a prosperidade do Paraná.

Como não deve haver dúvida, o nosso Estado sempre contou com o alto espírito de compreensão e a dedicação ímpar dos paranaenses de todas as raças, religiões e classes sociais. E deles que esperamos, agora, num momento em que se pretende levar avante uma poupança aplicada e bem dirigida. Evidentemente, aplicar a poupança no Paraná não significará somente auxiliar o Estado, mas também garantir um rendimento líquido e certo.

Concluindo, peço uma opção pelo Paraná, uma vez que considere isto indispensável para o progresso do nosso Estado. Acho que, com o correr do tempo, os resultados virão a provar e comprovar que, realmente, quem aplicou no Paraná não fez

outra coisa senão aplicar no seu próprio interesse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, quinto orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos neste momento nesta tribuna para trazer em tela um problema crucial numa cidade em que fazemos política e temos a satisfação de ter uma grande parcela de votação que é a cidade de Cambará, grande volume, e queríamos pedir vênias ao nobre Deputado Hélio Manfrinato, onde juntos fizemos 60 ou 65 por cento. O que acontece é que naquela cidade está campeando a corrupção, está campeando a arbitrariedade por intermédio de um delegado de Polícia que com dois inquéritos, dois processos, continua como titular daquela pasta e este delegado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para vergonha nossa, como representantes dos arenistas, pertence ao nosso Partido.

Vimos, com a devida humildade, neste instante, para demonstrar que este delegado não é digno e para demonstrar a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública que tome as providências necessárias, para que faça uma sindicância que este delegado que representa uma cidade como Cambará, altamente politizada, está envergonhando o Paraná e o Nosso Partido e pedimos a devida vênias aos Srs. Deputados da ARENA e do MDB para denunciarmos estes fatos que poderão ser testados e atestados com uma sindicância que pedimos seja feita por S. Exa. o Secretário de Segurança Pública.

Já no passado, quando fazíamos campanha política naquela região com o Deputado Hélio Manfrinato, já éramos contra a presença daquele titular naquela Pasta importante que é a Delegacia de Polícia numa cidade politizada como é Cambará. É um Delegado corrupto, em que seu filho faz baderna e atira na calada da noite sob o beneplácito de toda a Polícia, precisando o Juiz de Direito vir a chamar a atenção e abrir mais um inquérito contra aquele delegado que está envergonhando as hostes arenistas do Norte do Paraná.

Chamamos a atenção também de S. Exa. o Prefeito Municipal de Cambará, que por infelicidade nossa, pertence à ARENA, um prefeito corrupto que está com suas contas não aprovadas no Tribunal de Contas e na Câmara de Vereadores.

Conclamamos S. Exa. o Secretário de Segurança Pública, conclamamos nossos companheiros de bancada, conclamamos o Deputado Hélio Manfrinato para que, juntos, possamos sanar estas irregularidades.

Quero deixar registrado nosso protesto, porque quando um companheiro da ARENA falha, quando um companheiro da ARENA é corrupto como o Delegado de Cambará, trazemos a público e assumimos a responsabilidade que é peculiar aos homens que querem lutar pelo Paraná e sua gente.

Aquele Delegado corrupto deve ser afastado de suas funções, deve ser afastado pelo bem do Paraná, para que amanhã a ARENA não seja criticada e sim respeitada em sua honorabilidade.

Queremos denunciar este fato e pedir a S. Exa. o Secretário de Segurança Pública que faça uma sindicância em Cambará e veja que o Sr. Prefeito é corrupto e que o Delegado é mais corrupto ainda.

Pedimos que seja levado este fato ao conhecimento de S. Exa. o Secretário de Segurança para que não campeie a baderna na pacata cidade de Cambará, onde o filho do Delegado é apadrinhado pelo Prefeito Municipal, que seja afastado o Delegado de Polícia para que não envergonhe o povo humilde e trabalhador do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk, sexto orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nesta Casa e na Casa mais alta deste País, foram denuncia-

das diversas irregularidades com referência a transações de hospitais em Curitiba e em outros estados do território nacional, com o INPS, envolvendo ainda outro órgão federal que é o BNH.

A Segunda Vara de Justiça Federal deste Estado deve se orgulhar de ter à sua frente um dos juizes que, neste território, é um exemplo de dignidade, de honestidade, e principalmente, da capacidade de decidir aquilo que o Paraná e o Brasil são testemunhas, se fosse neste País, ou mesmo neste Estado, teria esta ação anos e anos para ser desenvolvida e chegar ao seu término.

E nesta tarde, para felicidade desta Casa e deste País, tivemos na decisão do ilustre Juiz Dr. Eraldo Vidal Correia, a dignidade do homem brasileiro representada na sua decisão fazendo com que aquela negociata fosse desmantelada e arguida as responsabilidades ao INPS bem como, aos responsáveis pelo BNH e aos seus diretores que também autuaram para com a responsabilidade da dignidade do dinheiro público nacional. E foi aí, que a 2ª Vara decidiu ontem anular a transação comercial havida entre o INPS e várias empresas particulares em que cinco hospitais passaram para o INPS, dois dos quais, no Paraná, estão caindo e interditados. A decisão do Juiz Heraldo Vidal Correia, se prendeu aos vários fatos que tornaram ilícita a transação, sendo que em documento de 12 páginas foram arroladas todas as justificativas. A decisão judicial porém, não interrompe o processo que está correndo uma Ação Popular, pedindo que o INPS e as empresas envolvidas na negociata reembolsem os poderes públicos dos prejuízos causados. A decisão também não implica em outra medida também ontem anunciada, a imediata recuperação do ex-Hospital Santa Cruz que seria demolido em parte segundo desejo da Prefeitura, e totalmente, segundo queria o INPS. Considerou o Juiz que aquela demolição traria prejuízos econômicos e sociais, sendo mais fácil restaurá-lo. As medidas ontem anunciadas na 2ª Vara da Justiça causaram surpresa em todos os meios, uma vez que a decisão final como ocorrem com quase todos os processos, poderia se alongar durante anos.

Nas considerações do Dr. Heraldo Vidal Correia, deixou bem clara a posição de vários envolvidos como o INPS que estava sabendo não podendo forçar o terreno em São Paulo sem concorrência; ou das empresas envolvidas que, possivelmente, fizeram manobras para que o BNH desistisse da preferência, deixando o campo aberto para a negociata.

Os fatos na prática não estão todos esclarecidos uma vez que todos alegam inocência e somente a Ação Popular, cujo desenlace poderá ocorrer a qualquer momento mostrará claramente quem enganou quem, em prejuízo do povo brasileiro".

E nós, como deputados desta Casa, como homens que respeitamos a dignidade de todos os seus semelhantes, queremos antes, data vênias do Plenário, que ficasse registrado nos trabalhos da sessão de hoje, a dignidade do brasileiro representada pela decisão deste Juiz Heraldo Vidal Correia, e que é um dos exemplos da Jurisprudência deste País, que tem acima de qualquer outra decisão, acima...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que o seu tempo está esgotado, porém, concede um minuto para o término da sua oração.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — ... acima de outros motivos de bem estar e do zelo do dinheiro público.

Com a colaboração deste plenário, na aprovação deste nosso voto de louvor a esse eminente Juiz, estaremos dando ao Paraná e ao Brasil, o reconhecimento do legislador deste Estado, para com o desenlace de cumação, e principalmente, com a honestidade desse Juiz, demonstrando ao Brasil que temos, ainda, em nossa vida civil, homens decentes e honestos como Heraldo Vidal Correia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, sétimo orador inscrito, advertindo S.

Exa. que tem apenas dois minutos para usar da palavra no Pequeno Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero agradecer à Presidência de me conceder ainda esses dois minutos que restam no Pequeno Expediente, mas espero não usar esses dois minutos para apresentarmos um requerimento. Requeremos que o Projeto de Lei nº 147/75, oriundo da Mensagem Governamental 90/75, seja tramitado em regime de urgência, desde que trata de uma matéria que se refere a férias e licença prêmio e vantagens do funcionalismo público. E consideramos que este é o momento adequado e oportuno para que a matéria seja apreciada pela Casa.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mugiaty Filho. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Missão difícil é a missão do representante do povo.

Se entendemos que o Deputado tem uma missão relevante acabamos por compreender que é uma das mais espinhosas atividades que podemos abraçar na trajetória terrena.

Temos, como obrigação de representante do povo, denunciar fatos relacionados ao comércio que funciona nesta Casa, bar e restaurante.

E assim faremos, porque recebemos queixas e reclamações deste povo que é o funcionalismo desta Casa, na sua maioria, os menos remunerados, aqueles que não recebem o necessário para sua alimentação, e que foram majorados, nessa alimentação, em cerca de 60 por cento, sem que tivessem, eles, nenhum aumento em seus vencimentos.

Queremos agradecer à Comissão Executiva pelas informações que nos deu.

Entretanto, queremos esclarecer, nesta oportunidade, que estamos procedendo levantamento no comércio do mesmo gênero, estamos procedendo levantamento de custo de cada tipo de alimento que se vende na fonte. Iremos provar que o que se cobra no restaurante interno desta Casa, de funcionários que dele têm necessidade de usar, preços exorbitantes, às vezes 80 até 100 por cento a mais do que se cobra no comércio lá fora, responsável por todas as atribuições tributárias, responsável por obrigação de aluguel, responsável por todas as obrigações e determinações legais.

Dai, Sr. Presidente, nossa discordância, porque vemos aqui na resposta a seguinte informação: 1º) o serviço de bar e restaurante desta Assembléia, vem sendo explorado pela Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, cuja renda é destinada à manutenção de várias instituições de caridade e assistenciais pela mesma Liga mantidas.

Não se pode propor em ajustar fato maravilhoso que é o assistencial, dando a essa entidade condições de enobrecimento econômico, retirando esse enobrecimento econômico de pessoas carentes de alimentação, porque nós sabemos que aqui nesta Casa existem funcionários que não têm condições de retornar à sua residência para almoçar, porque há dois fatores que não permitem que ele vá à sua casa, o fator horário e o excesso de despesa. Alguns funcionários estão se alimentando fora da Assembléia e outros vivendo, de duas semanas para cá de sanduiche, porque não têm condições de se alimentar no restaurante que é

explorado por uma entidade assistencial.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pela vez primeira nesta legislatura, queremos concordar com V. Exa. porque na verdade o serviço de restaurante não faz outra coisa senão explorar o pequeno funcionário desta Casa.

Queríamos neste instante nos parabenizar com V. Exa., quando encara da tribuna esse assunto de tão grande importância, porque vemos que esse serviço, apesar das falhas, apesar de estar extorquindo exorbitantemente o dinheiro do funcionário desta Casa, não está à altura, porque há poucos dias comentava com o Deputado Gilberto Carvalho, de nossa bancada, que foi fazer uma refeição no nosso restaurante, e, perdoem-me a gíria — encontrou um bife esturricado, que parecia sola de sapato.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o seu aparte. Mas a grande verdade, é que sentimos o maravilhoso, o destacado tirocínio filantrópico do organismo que exerce atividades comerciais nesta Assembléia. Como comerciante é do zero ao infinito, é uma nulidade, porque ele não prejudica simplesmente a economia do funcionário, prejudica também as entidades que são mantidas por essas instituições. Esses dias e reafirmo minha denúncia a que não possa ser contestada, que o restaurante se esvaziou, diminuindo, inclusive, a movimentação de todos os dias, face a exorbitância do aumento do preço, fez com que os fregueses dali saíssem e fossem à procura de uma fórmula mais econômica. Então, a própria organização que exerce a atividade do restaurante foi prejudicada.

Não estamos aqui simplesmente para defender o funcionário. Falamos, agora, como comerciantes. Estamos defendendo as duas partes. Estamos defendendo as Senhoras da Liga Católica que exercem atividade aqui na Assembléia e estamos defendendo o funcionário que aqui trabalha. O primeiro porque está sendo prejudicado ao ver que está esvaziando seu comércio e o segundo porque ao ser explorado exorbitantemente procurou outro local para se alimentar por menos preço.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não sei de que maneira foi feita essa concessão para a exploração do restaurante da Assembléia. Sei que foi elevado o preço de Cr\$ 9,00 para Cr\$ 14,00. Sabemos que o Tribunal de Contas cobra Cr\$ 9,00 e que o Palácio do Governo, também, cobra Cr\$ 9,00.

Outro dia ficamos aqui numa reunião da CPI até uma hora e convidei os Professores a almoçarem no restaurante da Assembléia. Fiquei envergonhado pelo que foi servido.

Em razão disto a minha sugestão é que se fizesse um melhor cardápio e se cobrasse um pouco mais caro e dessem 50 por cento de desconto para os funcionários da Casa. O restaurante da Casa além de estar cobrando bastante, está servindo mal e envergonhando até a Assembléia pelo que está servindo.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de V. Exa. e é naturalmente, uma idéia extraordinária. O restaurante está com organismo preparado para manter um cardápio melhor. Que se cobrasse dos Deputados e de seus acompanhantes por pratos melhores preços até um pouco exorbitantes, mas que se desse aos funcionários, principalmente, aqueles classificados com vencimentos não superior a mil cruzeiros, 50 por cento de desconto em todos os pratos que constassem do cardápio.

Aí sim haverá justiça, justiça definitiva. Justiça, para as Senhoras da Liga Católica que pretendem fabricar economia para aplicar no estreito mais sagrado da vida humana, que é o atendimento aos menos favorecidos pela sorte, nos setores assistenciais mais diversos. Haverá justiça também para os funcionários que enobrecem esta Casa com o seu trabalho contínuo, diuturno às vezes, em troca de quase nada. Eles estão atendendo

os Srs. Deputados nas suas reivindicações, e atendendo o povo na constância dos dias.

Defendendo, portanto, a partir deste instante as duas partes. Ambas estão com a razão. Ao mesmo tempo condeno a resposta dada ao meu requerimento, porque achei por demais lacônica por parte do Departamento responsável pela administração da Assembléia Legislativa do Estado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Benedito Lúcio Machado, a manifestação de V. Exa. esta tarde, é consequência da resposta decidida hoje, ao seu Pedido de Informações, que nos parece bastante justo porque se nota a sua preocupação com relação a este problema que vem sendo arrastado há muito tempo, na Assembléia Legislativa.

Quero esclarecer a V. Exa. e aos Srs. Deputados, e em nome da Comissão Executiva, que, no mês de março deste ano, em reunião da referida Comissão, por proposta deste Deputado foi sugerido que se adotasse na Assembléia Legislativa do Estado o que se faz na Assembléia de São Paulo, o que se faz na Assembléia do Rio Grande Do Sul — ambas possuem restaurante, que fornece um prato comercial atendendo as pessoas com um menor salário; também, simultaneamente, possuem dependências quase que luxuosas, proporcionando condições para que o deputado possa fazer o que o Deputado Gilberto Carvalho não conseguiu, levando os seus convidados até este restaurante. Na oportunidade foi decidido que, mediante melhoria de higiene, de cardápio, haveria um aumento no preço cobrado por parte da Liga das Senhoras Católicas. Sabe V. Exa. que, na agitação da vida parlamentar, os inúmeros problemas que são trazidos aos Deputados, muitas vezes assuntos de importância e às vezes de menor importância, são relegados para outras oportunidades assim mesmo houve um contacto, mantido pela Diretoria da Liga das Senhoras Católicas conosco, na Assembléia Legislativa, ocasião em que o estudo ficou de ser elaborado por parte da Liga das Senhoras Católicas, propondo então as medidas e as soluções da Comissão Executiva.

Posso esclarecer a V. Exa., que o assunto está caminhando para uma solução a mais rápida possível, e gostaria, em nome da Comissão Executiva, de convidar V. Exa. para, como Deputado, manter este entendimento perante a Liga das Senhoras Católicas.

V. Exa. conhece bem o problema, tenho a impressão que V. Exa. frequenta o restaurante da Assembléia Legislativa, e por esta razão reúne as condições ideais para, em nome da Comissão Executiva, manter os entendimentos com a Liga das Senhoras Católicas, encerrando assim, o "affair" "feijão com arroz", do nosso restaurante.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de V. Exa., e me permita, nobre Deputado Maurício Fruet, que esclareça nesta oportunidade que, ressentido fiquei na oportunidade em que foi lida a resposta ao meu requerimento, quando se observa, no último item, que, a Comissão Executiva determinou autorização dos preços atuais, por determinação de V. Exa., nobre Deputado. Eu o conhecia antes de o conhecer pessoalmente, V. Exa. é um dos expoentes mais altos do nosso Partido no Paraná pela sua presença em favor dos interesses comuns do povo, e pela luta para a resolução das queixas da gente paranaense. Mas de qualquer forma, V. Exa. entende, como sempre entendeu, que, a missão espinhosa de advogar a causa do povo exige que às vezes tenhamos que ir de encontro até aos nossos próprios companheiros, até de nosso próprio mestre de trabalho, que é o que considero V. Exa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou fazendo um levantamento com tomada de preços de todos os alimentos que se fornecem e baseando-se no preço de custo, e no preço da venda;

hoje por exemplo, conseguimos concluir os levantamentos sobre o prato chamado "bife à cavalo".

Se nós deixarmos a cargo da composição deste bife, não encontraremos 20 gramas de carne, e diga-se de passagem, pior carne, que possa ser encontrada para ser vendida para alimento para o povo. Está sendo encontrada por um dos restaurantes desta Capital e o restaurante é que está sendo movimentado em nossa Casa. Dividimos por 5, vamos dizer, o máximo de 200 gramas, teríamos 2 cruzeiros e cinquenta centavos, dois ovos estrelados, dois cruzeiros, teríamos três cruzeiros e doze centavos. 150 gramas de arroz teríamos 64 centavos e teríamos uma salada que poderíamos considerar 40 centavos bem paga. Sr. Presidente, somado, acrescentando 30 por cento que se diz a cozinha alta deste País, a cozinha mestra desta Nação, acrescentando sobre este valor para o tempero de primeira, que deve se colocar sobre estes alimentos e encontraremos um pouco mais de 5 cruzeiros sobre o bife a cavalo, que é vendido pela tabela autorizada naturalmente, pelos Deputados e funcionários que vão se alimentar aqui por dez cruzeiros e noventa centavos, deixamos dois cruzeiros e noventa e quatro centavos de lucro por cada prato vendido. E isto, porque a lei que determina a segurança e proteção da economia popular não permite um lucro que assoberba em 90 por cento. Vamos provar através de nota de outra casa de gênero desta Capital que paga aluguel, água, telefone e outras despesas e aqui não são obrigados a pagar, vendem mais barato. O proprietário que eu conheço se considera rico. Não podemos permitir que na Casa do povo, onde o povo é defendido em todos os seus interesses em seu lar, se cometa injustiça, principalmente contra funcionários que são por demais injustiçados, que aqui, há anos, perdem sua vida e não têm nem sequer vencimentos condignos para manter a sua família, a sua gente. Às vezes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós elevamos nossa voz porque parece que as nossas palavras chegam ao ápice de ser arrancada da própria consciência. Não declaramos o que dissemos porque dissemos sempre o que sentimos e como colaboração à Comissão Executiva, a V. Exa. Deputado Maurício Fruet, como colaboração às Sras. da Liga Católica que exercem a atividade de restaurante aqui na nossa Casa, irei apresentar o mais tarde, já até quinta-feira que vem, um relatório completo de cada prato aqui anunciado e dizer para que aqui se comprove, e dizer à Comissão que se comprove a irreverência que se caracterizou com a elevação máxima dos preços desta alimentação é acima de tudo fora de justiça.

O SR. MAURÍCIO FRUET — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Volto a apartear-lo para agradecer em nome da Comissão Executiva a providência que V. Exa. se propõe a adotar e reafirmo o convite formulado em aparte anterior, que podemos contar com V. Exa. na tentativa que venho agradecer que funcionários e deputados possuam um restaurante funcionando de acordo com o desejo de cada um.

O SR. LÚCIO MACHADO — E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, me considero, de minha parte terminado este episódio que em princípio analisei para ser, se necessário, debatido no plenário.

Responsabilizo-me em entregar à Comissão Executiva o trabalho que hoje iniciei e espero que a clarividência, que a inteligência do shomens respeitadas que dirigem a administração desta Assembléia, entenda que, acima de tudo, propugnamos por justiça para todos.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo. — (Ausente).

Tem a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito. — (Declina).

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao iniciar meu pronunciamento de hoje, quero primeiramente parabenizar com o Deputado Otássio Pereira que se mostra preocupado na possibilidade da baixa do preço do feijão.

Dizia ele em sua oratória de ontem, que no Norte do Paraná a produção é tamanha e assustadora que corre o risco de ser vendido, na zona produtora, a saca de feijão a 50 cruzeiros.

Quero dizer ao nobre Deputado Otássio Pereira que admiro e respeito S. Exa. pelo seu alto espírito público, pela sua alta preocupação em torno do maior homem sacrificado na lavoura até antes da Revolução de 64. Quero dizer a S. Exa. que este risco não corre porque existe hoje à frente da administração da Nação um homem de pulso, um homem que compreende e entende as necessidades do povo e que determinou ao Presidente do Banco do Brasil que regularizasse o preço do feijão por saca, em 76. Feijão preto a 128 cruzeiros e feijão de cor 132,70 na lavoura, financiado pelo Banco do Brasil.

E isto é feito na regulamentação para que não pereça o trabalhador e também não pereça o operário. É necessário que que as duas forças tenham condições de sobrevivência e não poderia ser outra a iniciativa do Presidente da República e prova disto é o decreto que hoje assinou em benefício do homem do campo.

Tenho em mãos o cálculo estimativo que fiz e que faço como produtor que sou na região sul do Paraná.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, inicialmente gostaria de agradecer as palavras de V. Exa. com respeito à nossa posição face ao problema. Nossa preocupação foi da venda que está sendo realizada pelo nosso lavrador. Disse que o feijão estava sendo vendido a 350 cruzeiros a saca e agora não é que o feijão vá ficar por 100, 90 ou 80 cruzeiros. É que na lavoura estão vendendo na ordem de 80 ou 90 cruzeiros a saca, porque o cerealista quer. E este é o problema.

Então, eu trouxe a esta Casa, os clamores dos nossos trabalhadores. E fui mais longe ainda nobre Deputado, o Paraná vai produzir milho este ano, como nunca produziu em toda sua história agrícola. Em que pese os esforços do próprio Presidente da República em taxar o milho a 46 ou a 48 cruzeiros, eu tenho certeza nobre Deputado, que este milho será vendido a um preço até menor, como aconteceu com o algodão, que estava tabelado a 35 cruzeiros a arroba. E os lavradores das regiões mais distantes, não conseguiram 35 cruzeiros a arroba, venderam a 22, 24, 25 ou a 28 cruzeiros a arroba. A preocupação, nobre Deputado, muito embora existam estes tabelamentos, os nossos lavradores já estão vendendo o produto aquém, abaixo do preço. É esta a nossa preocupação, nobre Deputado.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Agradeço o aparte do nobre Deputado. E devo esclarecer o seguinte. Como homem do povo, aqui estamos, representando o povo, a nossa obrigação, o nosso dever, em favor da nossa consciência, é alertar o produtor que o Banco do Brasil, paga o milho a 48 e o feijão a 128 ou a 132 como já vi.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, sempre o admirei, acima do respeito que tive por V. Exa. Mas, permita-me dizer nesta oportunidade, V. Exa. não conviveu em nenhum desses anos com o lavrador do Paraná, porque o Banco do Brasil apenas calcula parte do valor do empréstimo, 128 cruzeiros. E na hora da venda, poucas são as agências, talvez nenhuma neste Paraná, tenha condições de comprar o produto do lavrador paranaense.

Porque o Governo estabelece que o Banco do Brasil irá comprar, depois vem o subterfúgio de que o Banco do Brasil não compra porque não tem forma para estocar. E o atravessador

entra no jogo, enriquece-se quase que ilicitamente em todos os anos e em todas as safras, e providências efetivas e objetivas até hoje não foram encontradas por parte do Governo. É lamentável que isso aconteça. O que trouxe a esta Casa, o nobre Deputado Otássio Pereira, é o que ele viu, e o que nós vimos durante anos e anos, porque convivemos com os lavradores numa das regiões mais agrícolas deste Estado. Lavradores que vêm perder o seu produto da lavoura; lavradores que vêm serem roubados à luz do dia pelos atravessadores; lavradores que acabam dando tudo, o trabalho de anos inteiros, de sua família inteira ao atravessador para poder conseguir a míngua oferta, representada por dinheiro para pagar o seu financiamento, ao Banco do Brasil. A grande verdade é a seguinte, nobre Deputado, o Banco do Brasil enriquece cada vez mais a cada ano que passa, enquanto o trabalhador paranaense, brasileiro, empobrece cada vez mais, cada ano que passa.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Agradeço o aparte do nobre Deputado, brilhante deputado, combatido, que respeito e admiro nesta Casa.

Primeiramente, nobre Deputado, devo dizer a V. Exa. que conheço bem o problema. Conheço e não faço favor, porque represento, como Presidente, A Associação Rural de Piraquara, há 26 anos.

Então, conheço todas as dificuldades. E mais ainda, como lavrador que sou, como homem que nasceu e se criou na lavoura, como homem que conhece o lavrador, conhece sua capacidade de produção e também conhece a sua capacidade de vendas.

O que ocorre, é que V. Exa. levantou o caso, nobre Deputado, que o Banco do Brasil se recusa a pagar os preços determinados pela Presidência da República.

Mas, se tal ocorre, devemos nos insurgir contra o Banco do Brasil, ou contra o gerente do Banco do Brasil que esse fato ocorre.

Em Pato Branco, o Banco do Brasil recusou receber o feijão e a pagar à boca do cofre. E a denúncia foi feita. Mas, isso não ocorre em todas as localidades.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero, aproveitando o ensejo de V. Exa. referir-me que o Deputado deve denunciar sempre que fatos dessa natureza ocorreram. Vou fazer uma denúncia ao Banco do Estado do Paraná. É um pouco divergente do assunto, mas é bom que se diga nesta Casa. Há uma verdadeira discriminação que o Banco do Estado vem fazendo, principalmente quanto aos funcionários do Estado. O depositante que não conseguir uma média mensal de 300 cruzeiros, no Banco do Estado, não conseguir retirar talão de cheque.

Então, veja V. Exa. que é uma irregularidade gritante.

Porque, os minguidos vencimentos do funcionalismo não permite que ele mantenha essa média no Banco. Então, esse funcionário fica privado do talão de cheques. E para sacar o seu dinheiro, é necessário, para sacar seu dinheiro, ir pessoalmente ao Banco.

Então, aproveito o pronunciamento de V. Exa. e deixo registrada esta denúncia. Parece-me que, ao Banco do Estado, àquele que não consegue a média de depósitos que é exigida, tem que fazer a média de presença, porque, para retirar seu dinheiro, tem que ir pessoalmente ao Banco.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Considerei aparte a V. Exa., mas antes quero responder ao aparte do nobre, brilhante e combativo Deputado Nilso Sguarezi.

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, o aparte de V. Exa. diverge um pouco do meu pronunciamento. Mas quero dizer a V. Exa. que, hoje mesmo, levarei essa ocorrência ao gerente do Banco do Estado do Paraná.

Muito embora, eu estivesse me referindo ao Banco do

Brasil e não ao Banco do Estado do Paraná.

O SR. NILSO SGUAREZI – Mas, V. Exa. há de convir que o Banco do Estado do Paraná poderia também, com os recursos que tem, poderia incentivar a nossa agricultura. Principalmente, quando o nosso Governador fala tanto em incentivo à agricultura.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – E existe esse incentivo, nobre Deputado.

Existe uma Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO – V. Exa. aborda um problema muito importante. Não há dúvida que este Presidente tem tido muito cuidado com o setor da lavoura, proporcionando a garantia dos preços mínimos.

Sabemos, nobre Deputado, que há pouquíssimos dias atrás, o feijão estava a 500 cruzeiros o saco e muitos a 600. Agora, quando entra a safra, ele baixa bastante, mas nunca abaixo do preço mínimo. Existe uma orientação para que se faça seleção na entrega do produto. Se o Banco recusa receber, é porque é mal colhido, não está em condições de ser estocado. Mas nunca este país teve tanta assistência à agricultura. Está aí o Proagro. Sabemos o que aconteceu com o trigo. Estamos vendo todos esses financiamentos para compra de maquinário, quantas regiões e quantos municípios que tinha um ou 2 tratores e hoje possuem 50 ou 60 trabalhando a terra, aumentando a produção, porque é esse o interesse do governo que tem procurado fortalecer as cooperativas, que são o sustento de nossa lavoura. E é isso que devemos fazer, conscientizar a nossa lavoura para ingressar nas cooperativas, para que possa se aproveitar daquele direito, para que ele possa ir ao Banco do Brasil e ao Banco do Estado reivindicar seus direitos, porque é uma obrigação que o governo já colocou à disposição de quem interessar. Há municípios em que o interesse é tão grande, que o Gerente do Banco fez reuniões para dar orientação aos agricultores para que tenham uma mercadoria selecionada para entregar no tempo justo. Mas o preço mínimo é garantido. Se isso não acontecer, serão tomadas providências energéticas por parte do governo e serão repreendidos aqueles que não cumpriram as determinações do Governo Federal, porque, quando o governo falou em campanha de produtividade, procurou dar garantias aos produtores e o Paraná tem dado sua resposta ao Governo Federal, com o desenvolvimento de nossa produção, dando sua colaboração ao desenvolvimento do País.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – Antes de conceder o aparte ao Deputado Jayme Carvalho que me solicitou, quero me congratular com o Deputado Gilberto Carvalho. Nobre Deputado, seu pronunciamento vem ao encontro do meu pensamento e raciocínio. Está certo V. Exa. quando significa na oportunidade que o Presidente da República fixa o preço mínimo e com justa razão e com justa causa. V. Exa. falou em 500 cruzeiros o preço do feijão em certa época. Perguntaria, quem tanto defende aqui o Proagro, o povo, os agricultores, que tanto defende a comunidade, feijão vendido a 500 cruzeiros, o saco, quantos operários, quantos funcionários, quantas donas de casa poderão por a mesa duas vezes por dia, o feijão? O Governo do Estado e da União fiscalizam isso através do órgão competente.

Nós aqui mesmo, não para fazer demagogia, mas para dizer ao povo e a esta Casa, que é preciso que tenha um pulso bastante forte, como está tendo, para que haja respeito de ambas as partes.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO – Sr. Deputado, a quem eu sempre respeitei, estou admirado do pronunciamento de um produtor contra o produtor. Fiquei satisfeito quando ouvi V. Exa. dizer os “defensores do povo” e apontou o dedo para o lado do MDB.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – Não pus o dedo para a ala de

ninguém. É meu sistema de trabalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO – Esse sistema de V. Exa. sempre veio para nosso lado.

Mas, Sr. Deputado, não sou tão velho e nem tão novo para sentir que há 10 anos não se via neste país agricultores em cooperação. Fiquei até meio entristecido com o pronunciamento de V. Exa. confesso até de público, porque sou filho de agricultores e vim da agricultura. E na minha região, que é só agricultura, tenho sentido o drama nobre Deputado. E quando V. Exa. afirma que o governo revolucionário tem dado ao agricultor o que ele necessita, não posso me calar porque represento nesta Casa de Leis homens que trazem, nos calos das mãos, o progresso deste país.

Dizem, Sr. Deputado, os homens do Governo que a agricultura é a salvação desta nação e que por ela o Governo tudo fará, mas somente o fez, até agora, me permita, em promessas.

V. Exa. como eu, como todos nós desta Casa temos visto as rodoviárias das zonas urbanas, os albergues lotados por gente que abandona a agricultura. V. Exa. como eu sabe que há três safras passadas o algodão neste país, foi vendido a Cr\$ 42,00 a arroba. Eu vi, V. Exa. viu e sabe que na safra passada foi vendido a Cr\$ 22,00 a arroba. Este o preço mínimo que o Governo garante. Este é o mínimo mesmo, menor que este não é possível.

Vi, Sr. Deputado, como advogado, militando com os fazendeiros, que os fazendeiros da minha região há três safras passadas compraram o veneno a Cr\$ 20,00, quando vendiam a arroba do algodão a Cr\$ 42,00, para, na safra passada, comprarem a Cr\$ 60,00 e a venderem a Cr\$ 22,00. Não vejo o lavrador, ao produtor cooperação deste Governo. Infelizmente não vejo, V. Exa. sabe que não faço oposição sistemática e sabe V. Exa. que, há poucos dias, votava com o seu partido pela EMOPAR, como me calar quando vejo um produtor de experiência, de cabelos brancos dizer que o povo não está dizendo certo quando diz que não está sendo atendido. O agricultor está sendo marginalizado neste país, principalmente neste Estado, Estado que vive somente da agricultura. Vejo a cidade cheia de pedintes; nesta Assembléia está cheia de gente que abandona a lavoura. Como abandonar a lavoura que é a salvação, que é a redenção, se ele tem lá condições de vivência? Se ele abandona, nobre Deputado, V. Exa. sabe bem disto, seu que V. Exa. tem que fazer um pronunciamento em defesa do Governo, mas tenho certeza, e vejo em V. Exa. um agricultor como via no meu pai, lá no íntimo é um insatisfeito porque o Governo não atendeu as suas reivindicações. Muito obrigado por me conceder este aparte.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, primeiramente quero dizer a V. Exa. que, muitas vezes, vale mais um velho experimentado do que um jovem inexperiente.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO – Não quis dizer isto.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – Vou provar isto a V. Exa.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO – Nesta Casa sou um jovem sem experiência de Casa. Mas de agricultura com muita experiência a ponto de também combater com V. Exa.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – Contesto a V. Exa. Se V. Exa. cursou a advocacia, consequentemente deve ter ido à Faculdade, deve ser advogado, portanto não conheceu a agricultura. Eu si porque nasci e me criei na agricultura.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO – Eu nasci debaixo de um pé de café.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – Isto não prova que V. Exa. seja um lavrador.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO – E a minha mãe não estava foragida.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – V. Exa. quer partir amanhã,

comigo, para ver quem faz a lavoura, quem dirige um trator, quem maneja a carpideira?

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO – Nisto, nobre Deputado, eu tenho até me inspirado.

O SR. PRESIDENTE – (Fazendo soar os tímpanos). Esta Presidência solicita aos Srs. Deputados, para que não partam para o diálogo, assegurando, portanto, a palavra ao orador que está na tribuna, e anunciando ao nobre orador que ainda restam 5 minutos para o encerramento do Grande Expediente.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – Sr. Presidente, o Expediente teve início às 15,20 horas, o prazo para o Grande Expediente é de 1 hora, nós estamos em 16 horas e 5 minutos, consequentemente falta um pouco mais para o seu término. Eu estava secretariando a presente sessão, ao seu início...

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência não permite que V. Exa. conteste, eis que V. Exa. foi alertado, pela Assessoria da Presidência, que teria havido uma alteração de 10 minutos. Considerando tão somente a presença ilustre de V. Exa., é que permitimos que tal tempo fosse considerado; assim sendo, improcede a solicitação de V. Exa. e, com todo o respeito esta Presidência mantém o anunciado.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Leopoldo Jacomel, hoje realmente foi uma sessão dedicada toda ela, à alimentação.

Inicialmente o Deputado Lúcio Machado falou muito do alto custo da alimentação cobrada por uma entidade filantrópica, a Liga das Senhoras Católicas, que explora o nosso restaurante.

Em seguida, o assunto passou a ser o feijão, o prato nosso de cada dia, à mesa dos afortunados.

Mas, eminente Deputado, ninguém mais do que nós, aprendemos a respeitar V. Exa. neste longo tempo que com V. Exa. convivemos nesta Casa, sabemos dos propósitos democráticos e cristãos que sempre nortearam as atitudes de V. Exa. nesta Casa; V. Exa., quando defende um ponto de vista, sempre o faz convicto de que está certo porque V. Exa. sofre na carne aquilo que a maioria do povo sofre. Porque como agricultor, ninguém mais do que V. Exa. pode dizer do sofrimento da gente brasileira. Mas, nobre Deputado, tanto quanto V. Exa. eu estranho que aqueles que elogiam atitudes de governos de antes da Revolução de Março, se esqueçam dos benefícios que a Revolução, que o Governo Revolucionário propiciou ao agricultor brasileiro. E não vamos longe, Deputado. Nós poderíamos começar falando sobre financiamentos que hoje se fazem sem limites, a todas as culturas, todos os anos, em todos os rincões da Pátria, e mais no Paraná. Nós poderíamos decantar a mecanização propiciada pelo Governo Revolucionário, sonho, antes da Revolução. E nós vamos falar nos preços mínimos, embora entendamos, como V. Exa., que o preço mínimo não é o ideal, é, ao menos, um suporte de garantia mínima para o agricultor, que, veio com a Revolução.

Há poucos dias desta tribuna, um sr. deputado da Oposição defendia prorrogação dos prazos para os financiamentos do IGF, financiamento instituído pelo Governo Revolucionário, quando nos assistíamos no decorrer deste Governo, a assistência ao agricultor, sempre esquecida pelos demagogos, aposentadoria, assistência médica e se ainda não é o ideal, é o começo, com auxílio de toda ordem, e hoje o Presidente da República, nesta data, Sr. Deputado, sanciona uma lei oriunda do Congresso, facultando também assistência aos proprietários rurais, pequeno e médio proprietário, no instante em que o Presidente da República coloca à disposição do Governo do Estado dinheiro para armazenar, como nunca esperávamos obter, para financiamento direto ao produtor, para as cooperativas que estão hoje em grandes complexos nos armazéns e portos de exportação, com dinheiro

mais barato do mundo. porque se financia insumos sem cobrar juros, quando se dá dinheiro a 6 por cento ao ano com correção monetária de igual 6, quando se procura dar alguma coisa ao agricultor não se consegue dar aquilo que agrada.

Cumprimento V. Exa. que como eu, é filho de agricultor. A minha família ainda trabalha na terra no interior. no longínquo interior de Santa Catarina, que nem estradas tem. Se falam nas estradas do Paraná, não se fala no vizinho, porque lá vejo o sofrimento de minha mãe e dos meus irmãos que trabalham lá. Vejo os benefícios chegando. O pagamento antecipado da parcela para que se deposite e venda na entre safra. Sou do tempo do sudoeste do Paraná que viu o comerciante de cereais ir à bancarrota e quantos faliram, porque não existia Banco do Brasil para comprar a preço menor, ao menos o feijão preto, porque o paulista baixava o preço quando queria e quando o paranaense que se danasse.

Felício V. Exa. que tem coragem, mesmo não sendo simpático na sua fala, para dizer que aí está o valor do homem. Não procura fazer demagogia com coisas sérias, mesmo se tornando antipático à opinião pública, dizer ao menos que neste Governo Revolucionário se fez alguma coisa por alguém. Jamais, antes da Revolução de 64 foi lembrado pelo Governo e eu me lembro de uma máxima que corria na praça pública, no começo o Banco do Brasil dava dinheiro para o rico e fotografia do Getúlio Vargas para os pobres. Todos passaram a ter acesso às instituições creditícias oficiais. Com respeito à dignidade humana, parabéns V. Exa. cumprimento-o pelo valor de V. Exa. tem de dizer com tanta emoção aquilo que lhe vai na alma.

O SR. GABRIEL MANOEL – V. Exa. permite um aparte?

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – Solicito a V. Exa., pois vou terminar meu pronunciamento em face do horário. Eu preciso concluir meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa assegurará a inscrição de V. Exa. lembrando que o Sr. Deputado Otássio Pereira se encontra inscrito.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – Respondo com muito prazer ao aparte do nobre líder, de espírito realmente público, homem de atuação extraordinária nesta Casa, que conheço há três Legislaturas, que sei de seu sofrimento na região oeste, no tempo em que o lavrador era massacrado em governos passados, era humilhado e outras coisas.

Quero dizer que lavrador é aquele que voltou da cidade, como eu voltei, com a carroça levando trinta sacas de feijão, vendendo a três mil réis e quinhentos réis a saca. E voltei porque não tinha quem comprasse. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Esta Presidência, honrada e jubilosa, anuncia a presença neste recinto do ex-deputado Benedito Moreira que nos visita na oportunidade.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 184/74, de autoria do Deputado Ivo Rocha que declara de utilidade pública a Fundação Educacional de Toledo. Parecer favorável da CCJ. (Anexo Projeto de Lei nº 28/75, de autoria do Deputado Egon Pudell, referente ao mesmo assunto). – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 25/75, de autoria do Deputado Trajano Bastos de Oliveira, que dispõe sobre a Fiscalização Financeira, Orçamentária e Patrimonial das Sociedades instituídas pelo Poder Público ou em que o Poder Público participe com capital majoritário e as Empresas Públicas, qualquer que seja a forma de que se revistam, será exercida pela Assembléia

Legislativa e Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CF, COM SUBSTITUTIVO e EMENDA, EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, Emenda e o Substitutivo.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 106/75, de autoria do Deputado João Cioni Netto, que declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, da cidade de Umuarama. Parecer favorável da CCJ, com Substitutivo. — **Aprovado o Substitutivo.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 110/75, de autoria do Deputado Antonio Facci, que declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência Social e Educativa de Maringá, com sede e foro na referida cidade. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 120/75, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira, que declara de utilidade pública a Associação Filantrópica e Recreativa Oliveira — AFIRO, com sede na cidade de Palmas. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 121/75, de autoria do Deputado Gabriel Manoel que declara de utilidade pública a Associação Feminina Assistencial de Ibaiti, com sede no referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 122/75, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública a Ação Comunitária Frederico Ozanam de São Vicente de Paula, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 126/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do SERPRO, Serviço Federal de Processamento de Dados, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 127/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a Creche Menino Jesus, com sede na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 72/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 153/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo Federal, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, objetivando dotar o Oeste do Paraná de adequada infraestrutura Econômica e Social. Parecer favorável da CCJ. — **Em Discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir). Sr. Presidente.

O-SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Havia prometido ao Deputado Fidelcino Tolentino, que envidaria esforços para, na sessão de hoje, quando o plenário deliberasse em segunda discussão sobre a matéria, trazer os dados que haveria de conseguir sobre a aplicação da importância contida e objeto do convênio entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República.

Preconiza o referido convênio na cláusula 1ª:

"Dotar o oeste do Estado do Paraná, de adequada infraestrutura econômico-social, cuja necessidade decorre da intensiva ocupação da região, que atualmente responde por parcelas na aplicação de recursos agro-industriais do Paraná, bem como, da construção de grandes usinas hidrelétricas da referida região".

Devo, inicialmente, significar que o convênio assinado pelo Governo do Estado com a CEPLAN do Paraná e que visa aplicar 196.700 mil cruzeiros, constantes do Sub-Programa da melhoria da estrutura econômica e social da cidade de Foz do Iguaçu no período 75/77, receberá do Governo do Estado uma importância de 47.300 mil cruzeiros como contra-partida. Mas, devo imediata-

mente, para que fique bem claro, significar que este é um dos sub-programas dos dois existentes no programa do PRODOPAR. E sendo o primeiro programa, neste artigo 3º é o PRODOPAR que visa a aplicação de recursos, o PRODOPAR, especificamente, para a implantação do Plano Diretor da cidade de Foz do Iguaçu.

Sendo que para o município propriamente dito, serão destinados para 75, 76 e 77, 101 milhões, setecentos mil cruzeiros em três anos, assim distribuídos:

72,8 em 75;

88,3 em 76;

35,6 em 77.

Somando portanto, os três exercícios, 101 milhões, 700 mil cruzeiros. Para atingir-se um total mencionado de 196 milhões, 700 mil cruzeiros para a implantação deste Plano Diretor, distribuiu-se os seguintes valores para as entidades civis. FUNDEPAR - 22 milhões de cruzeiros para a ampliação da capacidade de matrículas, o que vale dizer que serão recursos aplicados na construção de salas de aulas.

Na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social foram dotados, 18 milhões e 300 mil cruzeiros para construção do Centro de Saúde e aquisição de todo material e esquemas para o seu funcionamento.

Para a SANEPAR, foram dotados 25 milhões, 300 mil cruzeiros para execução do projeto completo de abastecimento de água e de esgoto sanitário. Para a TELEPAR, 16 milhões e 300 mil cruzeiros para que se complete a rede telefônica da cidade de Foz do Iguaçu, e da obra binacional de Itaipu. Para a COPEL, foram destinados 13 milhões e 100 mil cruzeiros para a ampliação da sub-estação geradora de energia elétrica da rede de alta tensão e rede de distribuição de energia elétrica.

Perfazendo, portanto, um total que haverá, somando aos 101 milhões e 300 mil cruzeiros, a importância de 196 milhões e 700 mil cruzeiros.

Devo significar que os 101 milhões e 300 mil cruzeiros destinados à administração municipal de Foz do Iguaçu, serão aplicados na execução do projeto do Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu. Um trabalho maravilhoso levado a efeito pela Itaipu Binacional, Universidade Federal do Paraná e ao Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento, assessorada ainda pela Superintendência do Plano de Valorização da Região de Fronteiras do Oeste do País, SUDESUL.

Por outro lado, nesse plano, se abrigam projetos de desenvolvimento, haverão de dotar Foz do Iguaçu daquela infraestrutura necessária, hoje reclamada por todos os brasileiros que acorrem à Foz do Iguaçu, capaz de torná-la naquela cidade turística que melhor haverá de ser aqueles que lá aportam.

Assim, esses recursos terão aplicação urbanos, com a desapropriação, com a formação de área verde, com a construção do sistema viário, porque, todos nós sabemos que não há cidades mais empobrecida do Oeste do que Foz do Iguaçu, no tocante ao revestimento asfáltico, em galerias pluviais, embelezamento de iluminação pública porque, a não ser no Parque, todos sabemos que a cidade é pobre em iluminação; e também ampliação do parque; rodovias municipais, além de um esquema de obras que a Prefeitura já alinhava entre suas prioridades.

Por outro lado, esse convênio que, hoje, se pretende referendar, há uma cláusula que submete o Estado, e o Estado se obriga a uma participação da ordem de 47 milhões e 300 mil cruzeiros para suplementar os projetos que, porventura, tenham seus custos acima da previsão orçamentária feita, muito embora esteja contido neles a correção de valores para os próximos dois anos.

Mas, em especial, os 47 milhões e 300 mil cruzeiros, haverão de atender o setor de segurança da cidade de Foz do Iguaçu. Pois o Estado além de complementar aqueles recursos, pretende construir o Quartel da Polícia Militar do Estado, o Corpo de Bombeiros, a Delegacia de Polícia, o Instituto Médico Legal, comunicação, viaturas etc., mas, em especial, dotar o Corpo de

Bombeiros do indispensável para coibir e combater incêndios que, lavrem naquele município.

Por outro lado, desejamos lembrar que, proximamente, a Assembléia, por certo, haverá de receber o convênio que entre si irão celebrar o Estado do Paraná e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do chamado II Sub-Programa, este com uma dotação muito maior, chegando à casa dos 3 bilhões de cruzeiros, que virá atender a ampliação...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Que foi assinado no 1º Congresso de Prefeitos.

O SR. IVO THOMAZONI — A complementação da infraestrutura de transportes rodoviários, rodovias, Porto de Paranaquá, porque é uma consequência do esquema de nossa produção, aeroporto nas cidades do oeste paranaense, além de outros.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ontem me pronunciei a respeito da desinformação com que as mensagens são enviadas a esta Casa, para que possam ser apreciadas minudentemente pelos Deputados. Daí minha estranheza, e não é nenhuma matéria vencida, desde que seja feito um planejamento. Este é meu ponto de apoio, e onde me baseei para fazer aquela afirmação da tribuna.

O SR. IVO THOMAZONI — Poderia informar a V. Exa. que a preocupação que sinto em V. Exa. ontem pude transmiti-la ao Sr. Secretário de Planejamento, ao mesmo tempo que solicitei a S. Exa. que quando o Sr. Governador pretender enviar à Casa o convênio para referendado da Assembléia, para aplicação dos recursos do 2º Programa que se procurasse à medida do possível, encaminhar dados que pudessem ilustrar os Deputados, sobre quais as obras alinhadas no programa e as dotações a elas destinadas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Parece-me que, data vênica, os Srs. membros da Comissão de Constituição e Justiça poderiam ter interpelado S. Exa. o Sr. Governador e seria o momento objetivo e oportuno para elucidar a matéria que estava sendo examinada e elaborada. Peço, então, vênica para declinar esse ponto de vista, porque era a oportunidade para a Casa conhecer com minúcias o projeto e poderiam levar aos interessados da região as conclusões e os estudos relativos à aplicação dessa verba. Minha preocupação era somente essa, no sentido de colaboração.

O SR. IVO THOMAZONI — Já que estamos dialogando, veja

V. Exa. o parágrafo 3º da cláusula 9ª do Convênio, em que a sensibilidade dos governantes, já posta hoje, em alguns setores técnicos, faz com que as disposições desse convênio retroagissem à data de fevereiro de 75, porquanto, conhecedores de que a administração municipal de Foz do Iguaçu não dispunha de recursos e também pessoal técnico capaz de elaborar um projeto de um plano de aplicação e desenvolvimento para a cidade. Era possível que pudessem retardar de muito a sua execução, se não se antecipassem sua autorização na elaboração de projeto, que sempre custa muito dinheiro. Então já sentimos no próprio organismo técnico da Secretaria da República, essa preocupação que para nós, políticos, é muito boa podermos observar que já existe a preocupação político paranaense e técnica. Estávamos lendo os termos do convênio hoje, e verificamos que houve o cuidado também que nesse convênio, na cláusula 11ª também, além de se dar a data em que ele vigorará, manda que se dê total cumprimento ao cronograma de execução financeira, se façam as correções dos valores referentes aos anos de 76 e 77 o que, por certo, virá garantir a exequibilidade das obras no seu custo real.

Temos observado que os convênios firmados pelo Estado com organismos federais, quando aplicado, tendo em vista o tempo que demanda a própria burocracia estatal, fazem com que os valores estejam sempre superados e estejam sempre aquém da realidade da hora presente da execução.

Ultimamente, temos visto que estes convênios têm preocupado os organismos governamentais e isto nos faz acreditar da seriedade com que são firmados.

Ontem V. Exa. alertou a Casa e possibilitou, também, que alertássemos a Secretaria do Planejamento no sentido de que fizesse capear, ao segundo sub-programa, as obras e, se possível, os valores para cada setor que foi destinada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O programa de aplicação ou execução do projeto não tem cunho político nenhum, e nós desconhecemos.

Naturalmente, esta Casa, sendo um filtro de todas as aspirações populares, evidentemente, mereceria uma apreciação oportuna e adequada e até antecipando a elaboração do projeto. Entendo eu que haveria de ser assim, pelo menos uma consulta para satisfizéssemos as aspirações sociais, não apenas técnicas, do ponto de vista objetivo e tecnocrata. Este é o meu ponto de vista, pessoal.

O SR. IVO THOMAZONI — Respeito o seu ponto de vista, mas neste particular, todavia quer me parecer que foram ouvidas as autoridades do município de Foz do Iguaçu, porque elas participaram da elaboração do projeto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E o Poder Executivo?

O SR. IVO THOMAZONI — Creio que a Câmara dos Vereadores não sei se a comunidade e, principalmente, as injunções que fizeram os homens da Universidade Federal, da Secretaria do Planejamento, da própria SUDESUL foram por demais comentadas na cidade de Foz do Iguaçu. Sabe-se que inúmeras reuniões se realizaram na Prefeitura Municipal no sentido de que deveriam se considerar como prioridade. Infelizmente, os volumes são tão poucos que consegui apenas um dos volumes, de todos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É sobre a infra-estrutura de Foz do Iguaçu, apenas a cidade?

O SR. IVO THOMAZONI — O município também porque preconiza a ampliação e melhoria da rede rodoviária municipal.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A cláusula 2ª deste convênio fala somente na cidade de Foz do Iguaçu, melhoria da infra-estrutura econômica e social da cidade. O outro é assunto a estudar.

O SR. IVO THOMAZONI — No sub-programa quando se distribuíram os valores, constantes no convênio, a lei significa — desenvolvimento urbano, desapropriações, formação de áreas verdes e ampliação de outras obras, ampliação das rodovias municipais. Quero acreditar que a expressão "cidade" não significa...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... quero deixar claro, e falei ontem da tribuna, e deixei já consignado por antecipação, o meu apoio ao programa. Só reclamo, eis que naturalmente é fatal e matéria vencida, nesta parte; e reclamaria e até solicitaria que, para as próximas, volta pelo menos para cá, para que se tome conhecimento.

Agradeço a disposição de V. Exa., de trazer tão gentilmente aqui, estes esclarecimentos.

O SR. IVO THOMAZONI — Antes de eu encerrar esta minha passagem por esta tribuna, desejo anunciar a presença aqui nesta Casa e nesta tribuna, do Assessor de Imprensa do Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, que me informava, há poucos minutos, eu quero crer que depois com mais vagar entraremos em detalhes para discutirmos um programa elaborado pela assessoria do Sr. Secretário da Agricultura, que, pretende discutir em todos os níveis, a nível governamental, a nível de Assembléia Legislativa, a nível de Prefeituras, a nível de Lideranças do Interior, o programa já expressado para o exercício de 1976, pela Pasta da Agricultura do Estado do Paraná.

Então, os alertas já enunciados desta Casa estão tendo eco

junto ao Executivo, porque, vejo com satisfação que a Pasta da Agricultura, talvez a primeira a se preocupar de, por dentro de um programa a nível de Governo, de classes políticas, de Assembléia Legislativa e Lideranças do Interior, discutir o programa elaborado em pinceladas gerais, pela Secretaria da Agricultura, que já antecipa o desejo de receber sugestões para a sua reformulação ou à sua atualização para aquilo que cada um considerar melhor para o desenvolvimento deste setor, neste Estado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Resolução nº 72/75.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem). Solicito verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

— (É feita a chamada nominal)..

Responderam a chamada nominal 38 Srs. Deputados. Há quorum para votação dos projetos que se encontram na Ordem do Dia, da presente sessão.

Encerrada a discussão. — Em votação o Projeto de Resolução nº 72/75. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 76/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 173/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Ribeirão do Pinhal, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Marcelino Nogueira, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 77/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 174/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Ribeirão do Pinhal, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 78/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 176/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Japira, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia e Cadeia Pública na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 79/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 177/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Japira, objetivando reparos no prédio onde funciona o Posto de Puericultura, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 80/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 178/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal Colegial Estadual Marechal Cândido Rondon, com sede no referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 80/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal Colegial Estadual Marechal Cândido Rondon, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 178/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Normal Colegial Estadual Marechal Cândido Rondon, da sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou, com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 81/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 180/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Marechal Cândido Rondon, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 81/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, entre o Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Marechal Cândido Rondon, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Marechal Cândido Rondon, na sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 180/75

Através da Mensagem nº 49/75, é encaminhado para referendo desta Assembléia Legislativa, o Termo de Convênio entre

o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Marechal Cândido Rondon, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Marechal Cândido Rondon, na sede daquele município.

De acordo com o estabelecido pela Constituição Estadual, é competência de Sua Excelência o Senhor Governador a celebração de Convênio, ad referendo deste poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do aludido município.

Assim temos que nos manifestar favorável à Proposição nº 180/75, opinando-se pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) ADALBERTO DAROS – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 82/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 181/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 82/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) ENÉAS FARIA – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 181/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) ENÉAS FARIA – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 83/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 183/74, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o município

de Santo Antonio do Paraíso, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rodrigues Alves, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 83/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com o município de Santo Antonio do Paraíso, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rodrigues Alves, da sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) FABIANO BRAGA CORTES – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 183/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 40/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 23 de julho de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Santo Antonio do Paraíso, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rodrigues Alves, da sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) FABIANO BRAGA CORTES – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 84/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 184/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Abatiá, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dom Bosco, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. – **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 84/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de Abatiá, em 22 de julho de 1975, para a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Dom Bosco", da sede daquele município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO – Presidente
- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 184/75

Através da mensagem nº 49/75, é encaminhado para referendo desta Assembléia Legislativa, o Termo de Convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Abatiá, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Dom Bosco", da sede daquele município.

De acordo com o estabelecido na Constituição Estadual, é de competência de sua Excelência o Senhor Governador a celebração de Convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do aludido município.

Assim temos a nos manifestar favorável à Proposição nº 184/75, opinando-se pela sua aprovação nos Termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando seja determinada a instalação de um telefone direto na sala de datilografia, ao lado do Plenário. — À Comissão Executiva para estudo do requerido.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Eneás Faria para integrar a Comissão que representará esta Casa, no Encontro Nacional de Integração dos Vereadores, a realizar-se em Manaus, a partir do dia 9 do corrente. — Ao Departamento Legislativo.

Esta Presidência defere e solicita que sejam feitas as anotações.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, com o apoio de vários Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a apreciação das emendas nºs 04 e 25 oferecidas ao Projeto de Lei nº 132/75. — Será anexado ao projeto.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente Italo Feola, 1º Técnico do Futebol Brasileiro que conquistou pela primeira vez, para o Brasil, a Copa do Mundo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Mensagem Governamental nº 90/75. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, perdoe, mas em 30 de outubro último, requeri regime de urgência, já aprovado por esta Casa, para o Projeto de Lei nº 147/75, oriundo da Mensagem nº 90/75. Realmente, se a preocupação do deputado é para urgenciar a tramitação da matéria, S. Exa. tem razão porque se esgotaram as 72,00 horas conferidas regimentalmente para processos em regime de urgência serem anunciados ao menos em pauta para entrar na Ordem do Dia.

Como já existe regime de urgência aprovado pelo plenário desta Casa, pediria que considerasse a matéria redundante e não a submetesse ao plenário, desde que o autor concordasse.

O SR. PRESIDENTE — Consulto o autor do requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Naturalmente que tenho o mesmo objetivo, a mesma finalidade, não há porque não se declinar. Ocorre que, já que o plenário decidiu, não há impedimento de nossa parte, desde que se providencie regimentalmente a urgência no encaminhamento deste plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência considera prejudicado o requerimento do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando seja incluído na Ordem do Dia, o Projeto de Lei nº 187/74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Meretíssimo Juiz Heraldo Vidal Correia, da 2ª Vara da Justiça Federal, pela decisão cabível com relação à transação comercial entre o INPS e várias empresas particulares. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Agricultura, visando providências referentes à vacinação obrigatória do rebanho "vacum" paranaense contra a febre aftosa. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, o momento é oportuno, quando apresentamos nesta Casa um requerimento a S. Exa. o Sr. Secretário da Agricultura para tomar providências enérgicas com referência à vacinação do rebanho vacum, principalmente em minha região de União da Vitória e Cruz Machado, em virtude do abuxo de alguns vacinadores.

O requerimento foi lido pelo Sr. Secretário e só quero comentar que não somos de maneira nenhuma contra a vacinação anti-aftosa, mas contra o modo como ela está sendo conduzida nesta região, devido a arbitrariedade de elementos da Secretaria da Agricultura. E faço um apelo ao líder do Governo para que se dirija ao Secretário da Agricultura para que tome providências urgentes principalmente em Cruz Machado, onde estão sendo prejudicados os pequenos proprietários de gados.

Já que estamos talando na Secretaria da Agricultura, queríamos deixar em lembrete nesta Casa. O nobre líder do Governo ofereceu aparte ao ilustre Deputado Leopoldo Jacomel e eu acompanhei com tristeza suas críticas aos Governos passados. Quero lembrar ao líder do Governo que conheço sua luta na sua região. Mas não vamos menosprezar aqueles homens dos Governos passados que construíram em nossa região depósitos de cereais há mais de treze anos. Não vamos criticar o Banco do Brasil da época, porque os juros que eram financiados aos agricultores do Paraná não eram superiores aos juros de hoje. E lembrar ainda o Sr. Líder do Governo, com os meus respeitos, eu não posso ficar calado, que V. Exa. deverá olhar as outras casas de créditos, as outras instituições bancárias que estão financiando também aos agricultores e aos pecuaristas do Estado e do Brasil.

Não é favor destas casas bancárias, as casas comerciais, estão fazendo os seus negócios, não há milagre, Deputado Ivo Thomazoni, depois da revolução com referência à agricultura no Paraná.

O milagre que está havendo é a produção, é o trabalho do nosso agricultor, e com a graça de Deus, para estimular a estes agricultores, a produção é normal, e não há milagres nem do governo passado, nem do atual.

É o decorrer das coisas, é a facilidade de financiamentos. E digo a V. Exa. como V. Exa. falou de que eu que fiz parte da política do Presidente Vargas, com muita honra quero dizer a V. Exa. que de fato em campanhas políticas o Banco do Brasil dava dinheiro aos favorecidos, que aos trabalhadores, eram entregues fotografias do saudoso Presidente Vargas.

Quero lembrar a V. Exa., Deputado Ivo Thomazoni, não sei se os seus familiares, na casa deles, ainda não existem fotografias do saudoso Presidente Vargas, guardadas com carinho, como eu as tenho ainda guardadas na minha residência, no meu escritório. Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Então vou me estender mais com referência à Secretaria da Agricultura, e com o Ministério da Agricultura, que nada fez, mais do que prestar benefícios à nossa agricultura.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Obrigado. Mas oportunamente, com prazer, voltarei ao assunto para dialogar com o ilustre Deputado Ivo Thomazoni, como nós, tão bem conhecemos os problemas que afligem o povo paranaense e à agricultura do Paraná.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Meu preclaro e eminente, dedicado e esforçado Deputado Domício Scaramella.

Fui tantas vezes citado por V. Exa. que poucas vezes tive tamanha honra de assistir alguém desta tribuna.

V. Exa. me comove, só que V. Exa. não fez justiça para comigo, e procura distorcer o que eu disse, eminente deputado, e realmente, eu poderia dizer que minha família foi ofertada com uma fotografia de Getúlio Vargas e o dinheiro naturalmente, para os favorecidos.

E era esta a intenção de V. Exa., em me atingir. E, eminente Deputado Domício Scaramella, em momento algum pretendi deixar de reconhecer que os governos do passado neste País, ao seu tempo e à sua época tiveram os seus valores. O que eu afirmo, eminente deputado é que só com o advento da Revolução de 64 é que os agricultores passaram a ter uma garantia de preços mínimos, que pode não ser aquele ideal pretendido por todos, mas existe, e só depois, eminente Deputado, da Revolução de 64, é que nós passamos a ter os estabelecimentos oficiais de créditos a financiarem sementes, a financiarem a agricultura mecanizada com a aquisição de tratores, colhedoras, para o pagamento de estoques, de insumos, de ração.

Não me lembro, eminente Deputado, de haver presenciado antes de 64, na Região Sudoeste do Paraná — e eu vivo lá desde 51, qualquer providência governamental que pudesse, realmente, assistir ao homem do campo.

Esta foi a tônica da minha fala oferecida em aparte ao eminente Deputado Leopoldo Jacomel. E não será V. Exa. que haverá de fazer com que eu mude minha posição, meu entendimento, sobre qual o sistema de governo que mais fez pelo homem do Interior.

Porque, eminente Deputado Domício Scaramella, poderia lembrar aqui que se não bastasse a ausência do Governo em financiamento, existia a presença do Governo em chacinas e massacres. Porque os governos da época davam aos políticos, aos poderosos, títulos de terras. O serviço de aerofotogrametria para as prostitutas da época, da Capital e para os Diretores de Departamentos daqui da Capital.

Não me esqueço quantas vezes, aqui na Capital, tive que bater às portas do Governo do Estado do Paraná para pedir justiça, para que não massacrasse, que não matasse mais ninguém, para que não titulasse, para as dançarinas das tabernas curitubanas, as áreas de terras das famílias Viganó, Gemi e Dranka de Bom Sucesso, de tantas terras e terras daquela região, divididas e dadas até a Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita a V. Exa. que se limite à votação do requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. não fez essa advertência ao Deputado Domício Scaramella. Permita-me, ao menos, desabafar.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. permita que conclua nosso despacho.

Realmente, a Presidência permitiu ao ilustre Deputado Domício Scaramella, que ao final do seu pronunciamento, discorresse um pouco, deixando de analisar a matéria.

Solicitamos a V. Exa. que continue, mas se atenha à matéria.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. me presta um favor: eu retomo um pouco à calma.

Dizia, eminente Deputado, que me fiz homem vendo, assistido, o sofrimento de uma coletividade agrícola, jamais compactuei com os grupos poderosos. Sempre estive ao lado daqueles que sofreram a amargura de terem, no governo, homens déspotas, que teve, nos governos, grupos que se beneficiavam do sofrimento do homem do Interior.

E nem por isso, me permiti, no aparte do nobre Deputado Leopoldo Jacomel, fazer referências a isso, porque pretendo ser sempre um homem educado.

Mas assumi, a tribuna para dizer que, antes da Revolução, a agricultura não era uma maravilha. E, agora, quando a minha bancada subscreve um voto de louvor ao Presidente da República, pela sanção, hoje, de uma lei de alto alcance social, para atender o homem do campo. Revolto-me, porque quero acreditar que não estamos aqui para ouvir todos os dias, críticas ao Governo, sem que possamos reagir e dizer que alguma coisa foi feita no sentido de valorizar o homem do campo. Nunca foi feito isso antes de 64. Talvez alguns meses antes de 64; talvez em 61, quando se varreu do Paraná um governo que trucidava, quando se tirou do Governo um grupo de homens que não tinha sequer sentimento de solidariedade humana. Isso é que quero dizer, sem ofender meu preclaro amigo, Domício Scaramella, homem que admiro, respeito e prezo, porque sei que foi um homem que sofreu como eu sofri neste Paraná e nas portas do Sudoeste, porque ele, tanto quanto eu, era oposição e não me desmentir e ele, e seus homens do antigo Partido Trabalhista, nos ajudaram na luta para que se implantasse na região um pouco de justiça. Domício Scaramella que é admirado pelo Sudoeste do Paraná inteiro, porque é um homem que também nunca pactuou com os poderosos para massacrar os humildes. E é a este homem que respeito e admiro, de quem tenho o privilégio de ser amigo, que faço um apelo neste instante: jamais diga de sua tribuna, que eu pretendo nesta Casa denegrir governos passados da República, apenas disse que naquela época estabelecimento oficial de créditos existiam, existiam tão poucos neste Paraná. Em União da Vitória havia uma única agência do Banco do Brasil até 1962, 1963, quando foi para Pato Branco uma agência do Banco do Brasil. Aos colonos de Pato Branco era impossível ir à União da Vitória para financiar alguma coisa, porque ninguém financiava. Esse é o caso. Sei, porque lá vivi. Sofri e vivi o problema, fui perseguido e quantas vezes solicitado a me corromper não o fiz. Porque tenho a honra de dizer que passei pelo Sudoeste 20 anos de minha vida, tendo o privilégio de dizer que não possuo sequer um palmo de terra, um pinheiro, nada, para que nunca se dissesse que nós deixamos de lado a convicção de que se forjam homens na luta, quando nesta luta se está ao lado daqueles que querem justiça e nada mais do que justiça.

Apenas por isso me revolto, quando pretendem me jogar contra minhas convicções. Votaremos favoravelmente ao requerimento, objeto do encaminhamento de votação, da lavra do Deputado Domício Scaramella. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Deputado Lúcio Machado, para discutir.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sou inteiramente favorável ao requerimento de solicitação de providências ao Sr. Secretário da Agricultura, formalizado pelo ilustre Deputado Domício Scaramella. Nesta oportunidade, como getulista que sou, de profissão e de fé política, devo dizer que S. Exa. ilustre, preclaro e inteligente e moderado líder do Governo, no dia de hoje, agravou a figura mais histórica que passou por esta Nação. Foi o único Presidente deste País que conseguiu ser Presidente deste querido país por 4 formas e até hoje nenhum outro estadista superou, nem mesmo em qualquer parte dos 4 cantos do mundo.

S. Exa. disse, numa forma de querer enfeitar o plenário, para que o plenário acreditasse que o Brasil começou depois de 1964. Em 1964, ilustre Deputado Ivo Thomazoni, já existia

Banco do Brasil, existia Petrobrás, existia Eletrobrás, existia o Vale do Rio Doce, existiam outras fontes de riquezas nacionais e elas foram implantadas pelo trabalho do inesquecível, do imortal e da capacidade intelectual de Getúlio Vargas, homem que defendeu com a alma e o coração.

V. Exa. cometeu dois grandes pecados. O primeiro por ter detratado a memória do maior estadista brasileiro; e o segundo porque V. Exa. detratou a personalidade desse homem que... O SR. IVO THOMAZONI — Ninguém o detratou.

O SR. PRESIDENTE — Deputado Lúcio Machado me permitiria a mesma solicitação que fiz ao eminente líder da Arena para que na medida do possível, analisasse o requerimento encaminhado pelo Deputado Domício Scaramella, com o devido respeito. Apelo a V. Exa. que se atenha a esta solicitação.

O SR. LÚCIO MACHADO — Farei o que me pede, Sr. Presidente. Nesta oportunidade, devolverei a V. Exa., ilustre líder do Governo, a palavra demagogo.

Getúlio Vargas jamais mandou distribuir fotografias aos pobres e mandou dar dinheiro aos ricos; Getúlio Vargas instituiu a Previdência Social neste país e hoje vemos nos jornais denuncia das negociatas...

O SR. IVO THOMAZONI — E isto foi denunciado pela ARENA aqui e da Câmara Municipal. Não foi denunciado pelo MDB.

O SR. LÚCIO MACHADO — Era tão grande o escândalo, tão eminente a farsa, que teve a própria ARENA que denunciar o fato.

O SR. IVO THOMAZONI — Foi uma demonstração de que a ARENA não compactua com a corrupção.

O SR. LÚCIO MACHADO — Defendemos o nosso patrono político, defendemos o inesquecível nome do maior Presidente que esta República já teve, como defendemos os bens que, porventura, tenham feito ao atual sistema de Governo nesses onze anos e temos coragem de apontar os erros que se cometem através de grupos que bajulam o Governo para empobrecer o povo.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Domício Scaramella. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Deputado Federal Walber Guimarães, dando integral apoio a iniciativa daquele parlamentar de nosso Estado, apresentando projeto visando regulamentação para dentistas práticos em todo o território Nacional. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, com o apoio de diversos Srs. parlamentares, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Presidente da República pela sanção da lei que regulamenta a Previdência Social em prol do proprietário agrícola. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando voto de louvor pelo transcurso do "Dia Nacional do Técnico em Radiologia Médica". Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a EMBRATEL e à TELEPAR, pela implantação do sistema telefônico em DDI. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Carta a Osvaldo Aranha", editada pela revista Manchete. — Aprovado. (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrangelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Governo do Estado, ao Tribunal de Justiça, à Secretaria de Seguran-

ça Pública e ao Comando da Polícia Militar do Estado, no sentido de que sejam tomadas medidas no sentido de determinar oficialmente as causas da morte do trabalhador braçal, ocorrida no município de Barbosa Ferraz. — Em discussão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ENÉAS FARIA, EM SESSÃO DO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 1975.

Adolpho Bloch escreve

"CARTA A OSVALDO ARANHA"

Meu caro Chanceler: Preciso falar com o senhor. Quero lhe contar o que está acontecendo na ONU, em sua ausência. Em 1947, o senhor teve o privilégio de anunciar ao mundo o nascimento do

novo Estado de Israel. O martelo que usou na histórica sessão está hoje, por doação de sua família, no "kibutz" Bror Chail, de judeus brasileiros. Enquanto houver um judeu vivo, o seu nome e o do Brasil serão sempre lembrados com muita gratidão.

Tempos depois, o martelo da ONU foi substituído pelo sapato de Kruchev, num gesto típico de mujique russo. Arafat, que espalhou o terror pelo mundo, subiu à tribuna da ONU exibindo dois revólveres na cintura. Foi aclamado de pé, como um herói. Idi Amin Dada, assassino profissional, ali compareceu mais medalhado do que a mais premiada das águas minerais. Foi também aplaudido como um estadista.

No seu tempo, Dr. Osvaldo Aranha, a ONU representava 46 países. Hoje, tem mais nações do que povos. Todos os movimentos de libertação nacional são aceitos e estimulados

pela maioria sob a liderança da "troika" imperialista do Kremlin, com o apoio de suas colônias, de seus sócios árabes e de alguns africanos. Eles pensam que decidem o destino do mundo impondo os preços do petróleo. O imperialismo da multinacional que hoje domina a ONU está preocupado com o significado das palavras. Para ele, sionismo não é a volta dos judeus ao lar nacional. É racismo. Fui procurar no "Aurélio" os verbetes. Encontrei o seguinte:

SIONISMO — (De "Sion", denominação judaica de Jerusalém, onde há um monte com esse nome, + ismo) S.m. 1. Estudo das coisas referentes a Jerusalém. 2. Movimento nacionalista judaico iniciado no século XIX, que visava ao restabelecimento, na Palestina, de um estado judaico e que se tornou vitorioso em maio de 1948, quando foi proclamado o Estado de Israel.

RACISMO — (Do inglês "racism"). S.m. Doutrina que sustenta a superioridade de certas raças. 2. Qualidade, sentimento ou ato de indivíduo racista. Confundir esses dois conceitos só é possível

porque o hitlerismo está
ressurgindo nas Nações
Unidas. A unanimidade
da imprensa brasileira
ficou chocada ao ver o
Brasil alinhado com
a "troika" imperialista, com
Cuba e com a China
comunista.

O senhor deve se
lembrar dos campos de
concentração e dos
fornos crematórios de
Dachau, Treblinka,
Auschwitz e outros, onde
morreram 6 milhões de
judeus. O senhor mesmo
foi um dos homens que
mais se empenharam

para enviar a FEB à
Europa, a fim de
combater o ódio racista
que ameaçava o mundo e
fazê-la retornar ao Brasil
coberta de glórias.
Esse ódio está voltando
através da ONU.

Quando 11 atletas judeus
foram massacrados nas
Olimpíadas de Munique
em 1972, quando nos
aeroportos de Roma e de
Lod dezenas de
inocentes foram
assassinados, quando
milhares de pessoas
morreram em Biafra,
quando ainda hoje
prossegue no Líbano a
luta fratricida entre a
minorias cristã e a maioria
muculmana, quando a
Índia, auxiliada pela

Rússia, massacra o
Paquistão, quando se
repetem "pogroms" entre
os próprios negros de
Angola - quando tudo
isto aconteceu e ainda
acontece, nenhuma
vidraça foi partida nos
Champs Elysées. A
esquerda festiva de todo
o mundo não toma
conhecimento dessas
tragédias. A "troika"
imperialista assiste a
todas essas coisas bem
instalada no Teatro
Bolshoi.

Dois prêmios Nobel --

Soljenitsin, o famoso
escritor russo, e

Sakharov, o pai da
bomba de hidrogênio
soviética - são
considerados traidores
da pátria só porque
disserram a verdade.

Dr. Osvaldo Aranha:

Imagino a sua
tristeza ao receber estas
notícias. Mas o senhor
conhece bem a história
da Humanidade e sabe
que as grandes injustiças
que o mundo está sofrendo
serão reparadas,
mais cedo ou
mais tarde. Os povos
livres, unidos.,
continuarão livres.
Saudades do seu
admirador.

Adolpho Bloch
